

APRESENTAÇÃO

Apresentamos aos habitantes de Santo André o Programa de Governo de Celso Daniel para a gestão 1997/2000. A experiência adquirida no nosso primeiro governo, somada ao estudo de modernas técnicas administrativas, já utilizadas com sucesso em outras cidades do Brasil e do mundo, orientaram nossos passos na busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida em Santo André.

Apesar de exaustivamente discutidas, nossas propostas ainda estão abertas, como estarão sempre, às contribuições da sociedade, seja através de críticas ou de novas idéias, que aproximem ainda mais nosso Programa de Governo da expectativa real da população.

Este texto está disponível em versões mais resumidas no formato tablóide e na Internet no endereço eletrônico <http://www.celso.regra.com.br>.

Agradecemos a todos que colaboraram na elaboração deste Programa e, antecipadamente, aos que ainda irão colaborar para o seu aperfeiçoamento.

Coordenação de Programa de Governo de Celso Daniel

EDITORIAL

SANTO ANDRÉ COM MUITO ORGULHO

Um compromisso de campanha e um compromisso de governo: transformar Santo André numa cidade agradável.

Em que todos desfrutem, no dia-a-dia, de uma boa qualidade de vida. Numa cidade que retome seu desenvolvimento industrial e potencialize sua vocação de pólo regional de comércio e serviços, gerando emprego e renda. Numa cidade em que todos possam participar das decisões sobre os investimentos públicos e possam fiscalizar os serviços prestados pela prefeitura. Numa cidade em que esses serviços sejam suficientes e eficientes, geridos de forma moderna e transparente para a população.

Numa cidade em que as pessoas possam dispor de trabalho, segurança, educação, cultura, lazer-enfim, uma cidade solidária e mais igualitária, da qual todos se orgulhem.

Uma cidade assim só pode ser construída pela ação conjunta do governo municipal e da sociedade civil organizada, em parcerias voltadas para projetos de interesse coletivo. Parcerias com diferentes instituições da comunidade, com a iniciativa privada, com sindicatos de trabalhadores (inclusive o dos servidores públicos), com organismos governamentais ou não, e com outras esferas de governo.

Esse caminho de parceria democrática, que começamos a trilhar em nossa gestão anterior na prefeitura do município (1989-1992), é possível e frutífero. E isso já foi demonstrado tanto pelos mutirões que se espalharam nos bairros como pelas iniciativas voltadas para retomar o desenvolvimento econômico regional: o Fórum ABC Ano 2000 e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

NOSSA EXPERIÊNCIA

Durante nossa primeira administração, Santo André começou a se transformar numa cidade mais humana, mais solidária e com melhor qualidade de vida.

O transporte coletivo melhorou significativamente: houve ampliação das linhas e cumprimento dos horários, garantidos pela fiscalização do poder público sobre as empresas concessionárias. O centro da cidade foi revalorizado: a recuperação do Cine Teatro Carlos Gomes, a intensa programação do Teatro Municipal, os shows no Paço Municipal e a criação de novos espaços públicos de lazer e cultura deram nova vida à cidade. Os centros comunitários tornaram-se pólos de atividades esportivas, culturais e de lazer para toda a população. A execução de pequenas obras pelos bairros, muitas em parceria com a comunidade, contribuíram para tornar o dia-a-dia dos moradores mais humano e mais digno. A modernização e informatização da máquina administrativa começaram a dar seus primeiros frutos, conferindo maior presteza e eficiência ao atendimento aos munícipes. A cidade ganhou novas áreas verdes e começou a cuidar seriamente do saneamento e da limpeza, serviços urbanos essenciais. A constante varrição das ruas, o recapeamento periódico das pistas e a sinalização de trânsito também contribuíram para transformar o perfil da cidade.

A cidade se dinamizou com o desenvolvimento de diferentes políticas públicas simultâneas. No lugar das grandes obras, que beneficiam apenas algumas áreas ou setores, o governo democrático e

popular apostou na ampliação e na melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde, educação, cultura, habitação, abastecimento, manutenção urbana, transporte etc. Mas não só: realizou também algumas obras de porte como a conclusão do Viaduto 18 do Forte, integrando os dois lados da cidade e concluiu outras, paralisadas há muito tempo, como o viaduto da Fundação.

Todas essas iniciativas visaram melhorar a vida do conjunto dos cidadãos e provaram que, administrado de forma correta, o serviço público pode ser eficiente, moderno e voltado para atender aos interesses da maioria da população.

O diálogo constante com a sociedade, tanto na discussão do orçamento municipal e na elaboração de projetos de urbanização como na busca de alternativas para o desenvolvimento econômico da região, representou a primeira experiência de participação popular dos andreenses na gestão do município em que vivem.

Durante nosso primeiro governo, a administração municipal passou a ser pautada pela honestidade e pelo cuidado no trato dos recursos públicos, pela busca de cada vez maior eficiência e qualidade em todos os serviços prestados à população.

4 ANOS DE ABANDONO

Preocupado em desfazer essas marcas da administração petista e em reservar recursos financeiros para seu último ano de mandato, o atual governo municipal investiu sistematicamente na deterioração dos serviços públicos. O transporte piorou significativamente. O mesmo ocorreu na saúde e no abastecimento. A sujeira, o lixo e o entulho passaram a fazer parte da paisagem do centro e dos bairros, os congestionamentos passaram a infernizar o dia-a-dia dos andreenses. Os centros comunitários e os espaços culturais, esvaziados de propostas e atividades, perderam a vitalidade. Os organismos plurais de discussão e encaminhamento de projetos para o desenvolvimento regional perderam sua força de atuação. A prefeitura voltou a ser administrada como um "escritório particular" ao qual só amigos e correligionários do prefeito têm acesso.

Até mesmo a execução de grandes obras, marca mais visível dos governos tradicionais, só foi iniciada neste último ano de governo.

Essa concepção atrasada e retrógrada de administração pública indica a incapacidade que as forças políticas conservadoras têm de enfrentar os problemas e desafios de uma cidade múltipla e plural como Santo André. Incapacidade de compreender como a prestação de bons serviços públicos melhora concretamente a qualidade de vida da população. Incapacidade de enfrentar problemas urbanos e de buscar alternativas compartilhadas para o desenvolvimento econômico no plano local e regional. Essa concepção é sinônimo de atraso porque retarda ou despreza iniciativas e conquistas inadiáveis para o exercício da cidadania. E porque exclui da discussão e da busca de soluções para os problemas da cidade os principais interessados: os diversos setores da população.

NOSSOS COMPROMISSOS

Muito além de um conjunto de promessas de campanha, nosso programa constitui o referencial para nossa ação concreta no governo municipal. Com ele queremos ampliar, diversificar e aprofundar as iniciativas bem sucedidas de nossa primeira gestão.

Reafirmamos que nossos compromissos de campanha são nossos compromissos de governo. A modernização e a moralização da política brasileira e a efetiva democratização de nossa sociedade exigem que se supere a tradicional prática de, na campanha, fazer uma série de promessas que são esquecidas durante o governo. Não podemos mais aceitar situações como a da última eleição presidencial. A mão espalmada do candidato FHC indicava cinco prioridades sociais completamente abandonadas pelo presidente FHC que, para combater a inflação, nos faz sofrer os maiores índices de falências e de desemprego da história recente de nosso país.

É urgente que a sociedade brasileira enfrente os graves conflitos sociais gerados pelas contradições de classe e pelas mais profundas desigualdades do mundo. Cada candidato e cada partido têm uma visão própria sobre como enfrentar os problemas da sociedade. Cada partido e cada candidato representam uma proposta de atuação diante dos interesses contraditórios que se defrontam no cotidiano da política local, regional e nacional.

Nosso programa de governo, que expressa nossa proposta para o município e para a região, fundamenta-se num projeto de sociedade radicalmente democrático.

Uma sociedade em que todos tenham acesso aos bens sociais e aos serviços públicos e participem de sua gestão. Uma sociedade em que a amplitude, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos garantam uma vida melhor para as mais amplas camadas da população, para os trabalhadores, os excluídos, as classes médias empobrecidas. Uma sociedade em que o Estado não seja nem mínimo,

nem máximo, mas tenha capacidade adequada para devolver aos cidadãos em serviços eficientes e de boa qualidade a contrapartida dos impostos e taxas pagos, por meio de políticas públicas que incentivem a geração de emprego e renda.

PRIORIDADES DE GOVERNO

O nosso governo vai centrar sua atuação em torno dos seguintes eixos:

- desenvolvimento econômico municipal e regional capaz de gerar renda e emprego;
- participação popular, por intermédio de canais democráticos de relação entre a prefeitura e a comunidade;
- melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos, por meio da modernização administrativa da máquina da prefeitura;
- construção de uma cidade agradável para todos os moradores, com base na oferta de serviços públicos de qualidade;
- prioridade à educação, como direito fundamental para o exercício da cidadania e como condição indispensável para o acesso e a permanência no mercado de trabalho.

Sabemos que as áreas de saúde, educação, saneamento, habitação e transporte são prioritárias para a melhoria da qualidade de vida da população. Mas sabemos também que a crise econômica agrava o quadro das demandas sociais. Sabemos, ainda, que o orçamento da prefeitura de Santo André, embora não seja pequeno diante do de outros municípios, é insuficiente para dar conta de todos os desafios colocados. Por isso elegemos prioridades: a construção de uma cidade agradável para todos e a educação.

Além disso propomos aos cidadãos e às entidades da sociedade civil uma parceria na discussão e na implementação de soluções criativas. Soluções que combinem diferentes alternativas de atuação, tanto por administração direta como por concessão ou subcontratação de serviços, com o objetivo de garantir que esses serviços sejam oferecidos com qualidade, a baixos custos e que sua eficiência seja permanentemente fiscalizada pelos usuários e pelo poder público.

As propostas do nosso Programa de Governo exigem um diálogo permanente entre o executivo e a Câmara Municipal, balizado pela ética política, pelo respeito mútuo e pela capacidade de estabelecer convergências políticas no encaminhamento de projetos de interesse coletivo:

Esses são nossos compromissos, que começarão a ser cumpridos desde o primeiro dia de mandato. O governo é eleito para governar durante todo o mandato, não apenas em ano eleitoral. O governo é eleito para prestar serviços públicos e melhorar a qualidade de vida da população, não apenas para executar grandes (e poucas) obras. O governo é eleito, ainda, para enfrentar e buscar soluções para os desafios do presente e do futuro, articulando propostas locais e regionais e lutando por políticas nacionais mais justas.

Celso Daniel

EIXOS CENTRAIS

1. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTADO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

As grandes mudanças na economia mundial, com a introdução de novos e importantes patamares de desenvolvimento tecnológico, as transformações gerenciais, o processo crescente e veloz de globalização da economia, bem como o processo de desconcentração e interiorização da indústria, vêm provocando alterações profundas na economia brasileira e na economia do ABC. O peso relativo do setor industrial vem caindo e tem ocorrido, até mesmo, um certo processo de transferência de plantas industriais da região do ABC para outras regiões do Estado de São Paulo e outros estados. Aumenta o desemprego enquanto cresce o setor informal da economia e desloca-se parte da mão-de-obra para o setor terciário.

Viabilizar o crescimento, partindo deste quadro específico em que a cidade de Santo André está inserida, exige a criação de vantagens locacionais bem como a potencialização das existentes para a instalação de novos empreendimentos na região, além do combate a algumas de nossas desvantagens em relação às novas exigências econômicas. Para tanto, é necessário pensar estrategicamente tanto o desenvolvimento municipal quanto o regional.

1.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Apoio às pequenas e médias empresas, favorecendo sua competitividade no mercado globalizado.
- Apoio aos desempregados oferecendo-lhes oportunidades de requalificação profissional.
- Apoio às atividades econômicas informais no sentido de garantir a sua inserção no mercado formal.
- Incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas ligadas à preservação ambiental e compatíveis com a vocação da área de proteção aos mananciais.
- Desenvolvimento de parcerias do Poder Público municipal e regional com as entidades da sociedade civil tendo em vista ações comuns de valorização da região e de busca de alterações no quadro econômico e social.
- É necessário, em conjunto com os demais municípios do ABC, buscar novos arranjos institucionais que sejam flexíveis e contem com a participação da sociedade civil, possibilitando desenvolver ações conjuntas no enfrentamento dos problemas comuns.
- Desenvolvimento de marketing regional visando o fortalecimento e a valorização da identidade local do ABC, inclusive internacionalmente, promovendo a divulgação de nossas grandes vantagens para as atividades econômicas.

1.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

EM NÍVEL MUNICIPAL

- Desenvolver um Programa de Renda Mínima voltado aos excluídos do mercado formal de trabalho, adaptado à realidade local, não baseado apenas na transferência direta de dinheiro, mas principalmente na reciclagem profissional e na criação de oportunidades de emprego, além de mecanismos de viabilização de prestação de serviços do tipo mútuo.
- Criar o Banco do Povo, que viabilizará formas de financiamento às atividades cooperativadas e de micro e pequenas empresas, baseado em recursos oriundos do governo federal, tais como as linhas operadas pelo FAT, linhas de crédito de bancos oficiais, parcerias etc.
- Desenvolver o Balcão de Empregos, serviço informatizado de oferta de emprego, municipalizando atividades do tipo SINE (Sistema Nacional de Emprego, do Ministério do Trabalho) com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para elaborar os perfis dos candidatos; analisar a oferta e a procura de empregos. Esses serviços podem agilizar o pagamento do Seguro Desemprego, bem como permitir o apoio material para a recolocação dos trabalhadores, tais como currículos, fotos, documentos etc.
- Combinar o Balcão de Emprego com as atividades voltadas à escolarização, formação e requalificação da mão-de-obra.
- Criar uma estrutura de apoio às pequenas e micro empresas, nas áreas em que elas não têm porte para solucionar as questões sozinhas: capacitação gerencial, treinamento, informação, marketing, obtenção de certificados tipo ISO-9000, etc.
- Fortalecer a ação pública não estatal desenvolvida pelas entidades civis sem fins lucrativos, o chamado Terceiro Setor.
- Iniciar em parceria com as entidades de formação, Governo Estadual, empresas, universidades, um programa voltado à formação e/ou reciclagem de mão-de-obra, particularmente voltado à geração de altos níveis de capacitação.
- Criar o Balcão de Oportunidades vinculando Santo André às redes internacionais de cooperação local voltadas ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental, privilegiando as relações no âmbito do MERCOSUL.
- Incentivar as atividades econômicas cooperativadas e auto-gestionárias como opção para os desempregados.
- Estabelecer ações de fortalecimento da identidade local e regional, firmando Santo André como pólo cultural, o que pode e deve ser objeto de ações em parceria com a iniciativa privada.
- Promover a restauração e o aproveitamento de edificações da Vila de Paranapiacaba. Atividades não poluidoras e não depredadoras do ambiente podem e devem ser incentivadas, em particular atividades ligadas ao turismo ecológico. Este incentivo passa por alterações de legislação urbanística e em procedimentos administrativos e de fortalecimento do escritório da Prefeitura na área de mananciais.
- Rever os procedimentos administrativos e a legislação urbanística que emperram ou impedem o desenvolvimento de atividades econômicas e da construção civil. Para isso, devem-se produzir

alterações profundas no Plano Diretor; na Lei de Uso e Ocupação do Solo; no Código de Obras; no Código de Posturas; no Código Tributário e nos sistemas de aprovação e fiscalização de procedimentos.

- Desenvolver estudos para o incentivo, inclusive do ponto de vista fiscal, de atividades que possam fortalecer as vantagens locais ou a identidade local, por exemplo, as atividades econômicas de produção e difusão cultural, condicionando esses incentivos à geração de empregos, à preservação da harmonia econômica regional e à manutenção ou ampliação da capacidade arrecadadora do município. Em cada caso, é necessário respeitar uma relação custo-benefício favorável em relação às finanças públicas.
- Assumir a tendência de crescimento do setor terciário de Santo André e região do ABC, atraindo empresas de serviços de alta tecnologia, bem como pequenas e micro empresas terciárias, valorizando o centro da cidade e os centros de bairros de Santo André.
- Manter um permanente processo de consulta ao setor empresarial, voltado a detectar os elementos provocadores de deseconomias motivadas por razões locais, visando negociar soluções em parceria.

EM NÍVEL REGIONAL

- Criar a Comunidade Urbana do Grande ABC, a partir do Consórcio Intermunicipal, envolvendo não só o poder público mas o diversos setores organizados da sociedade civil. Neste novo arranjo devem ter papel fundamental o Fórum da Cidadania do Grande ABC bem como outras formas de organização da sociedade civil que se relacionem com os interesses regionais. Estas entidades devem ser respeitadas em sua identidade e não simplesmente absorvidas nessa reestruturação.
- A partir da Comunidade Urbana, caminhar para a solução de alguns problemas comuns importantes, como:
 - destino final dos resíduos sólidos residenciais, hospitalares e industriais;
 - malha viária comum, como é o caso da Av. dos Estados, a Rodovia Índio Tibiriçá, a Marginal do Córrego dos Meninos, o Corredor ABD, o Rodo-Anel (interligando ABC, Região Sul, Trabalhadores, Dutra e Fernão Dias) etc;
 - saneamento básico, seja na drenagem, seja no destino e tratamento dos esgotos residenciais e industriais ou na preservação da Represa Billings;
 - Hospital Regional de Clínicas;
 - ações conjuntas de enfrentamento dos fatores de efeito negativo sobre a atividade econômica local e a geração de emprego e renda. O enfrentamento dos problemas contará com a participação, caso a caso, dos diversos agentes envolvidos, tais como governo estadual e governo federal.
- A Comunidade Urbana deverá intervir também para o encaminhamento de soluções aos problemas externos à região que afetam o seu desenvolvimento, tais como o Porto de Santos e a Ferrovia.
- Desenvolver gestões junto à CTBC e EMBRATEL no sentido de dotar a região do ABC de uma infra-estrutura de comunicações compatível com as necessidades impostas pelos modernos métodos de produção e gestão econômicas, incluindo-se o cabeamento ótico da rede de comunicações existentes.
- Desenvolver, junto com as empresas, programas de preferência por compras locais que incentivem a transferência de fornecedores para a região e a cidade de Santo André.
- Promover a parceria entre o poder público, o Fórum pela Cidadania do Grande ABC, os Sindicatos de Trabalhadores, as entidades empresariais etc , visando atrair empresas.
- Aproximar as Prefeituras das grandes empresas industriais e comerciais, em particular das indústrias automobilísticas, para incorporá-las ao esforço comum de desenvolvimento regional.
- Buscar a identificação dos "nichos de mercado" típicos da região, como é o caso das indústrias de móveis, e das oportunidades de novos "nichos", articulando os setores empresariais de micro, pequenas e médias empresas para potencializar seus mercados.
- Desenvolver ações de marketing regional que devem buscar o engajamento da população na defesa dos interesses regionais, fortalecendo a identidade dessa população com a região.
- Criar, junto com as instituições de ensino superior da região do ABC, mecanismos de apoio ao desenvolvimento de conhecimentos e pesquisa direcionados às vocações locais.
- Trabalhar pela criação da Universidade do ABC, propondo-lhe um caráter de escola não tradicional, que seja um pólo de produção de conhecimento e de desenvolvimento de pesquisa voltados para as novas características da região.

- Buscar a unificação regional do Imposto Sobre Serviços dos sete municípios do ABC, pelo menos nas atividades que possam produzir uma competição fiscal interna prejudicial, com constante troca das sedes das empresas em função da oscilação de alíquotas.

2. QUALIDADE, EFICIÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Com a Modernização Administrativa pretende-se que toda a Prefeitura se empenhe na constante melhoria da qualidade e da produtividade, visando a ampliação dos serviços prestados. Estes esforços para reduzir custos, aumentando a produtividade, são fundamentais à conquista da cidadania. Uma transformação efetiva só será possível na medida em que se consiga mudar a maneira de pensar e agir, relativa ao trabalho de todos dentro da Prefeitura.

A limitada capacidade em atender as crescentes demandas da população exigirá do governo municipal o estabelecimento de relações de parceria com o setor privado e o setor público não estatal para a prestação de serviços e execução de obras. Nesses casos, a decisão pela transferência deverá ser precedida por uma análise de custo-benefício. O fundamental é a preservação do caráter público do serviço que está sendo prestado, o que deve ser garantido por um processo adequado de gerenciamento.

Como ponto de partida para estas tarefas, o governo deve desenvolver, de forma participativa, um *novo modelo de gestão* que tenha como referência o Programa de Governo e a realidade da Prefeitura e que seja fortemente baseado num programa de Gestão de Qualidade.

2.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Abordagem voltada aos usuários.
- Descentralização e desconcentração de atribuições, com a cobrança de responsabilidade das chefias.
- Horizontalização das estruturas com ênfase em ações matriciais. Controle e melhoria dos processos de trabalho.
- Participação dos servidores na concepção, produção e avaliação do serviço. Articulação das ações de governo através do Planejamento Estratégico. Capacitação dos servidores para a gestão pública.
- Adoção de novas tecnologias.
- Adequação da estrutura organizacional ao Programa de Governo.

2.2. PROPOSTAS DE AÇÃO RELATIVAS A QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

- Implantar um programa de qualidade com participação e envolvimento do primeiro escalão de governo, incluindo treinamento dos níveis intermediários de chefia e participação dos servidores.
- Descentralizar a responsabilidade de melhoria dos processos de trabalho para as equipes que executam as tarefas. Os funcionários envolvidos em um processo de trabalho devem se responsabilizar pela sua finalização, dispondo de critérios e autonomia para isto.
- Garantir incentivo às equipes e aos servidores que obtiverem resultados positivos com relação às metas de melhoria.
- Rever a política de desenvolvimento de sistemas, procedimentos e rotinas, originalmente desenvolvida para atender necessidades dos funcionários, voltando sua ação para o atendimento das necessidades do usuário.
- Implantar instrumentos de avaliação dos serviços por parte dos clientes internos e externos, como por exemplo: pesquisas de opinião; avaliação dos serviços feita pelos usuários; comissão de acompanhamento do orçamento; avaliações temáticas feitas por entidades organizadas e indicadores de gestão.

RELATIVAS AO OMBUDSMAN OU DEFENSOR DO POVO

- Criar a figura do *Ombudsman ou Defensor do Povo* como um canal de comunicação direta entre o cidadão e a prefeitura. O Defensor do Povo e uma pequena equipe dotada de infra-estrutura como

veículos, equipamentos etc. atenderão diretamente os cidadãos em reclamações sobre serviços prestados pela prefeitura, ou por solicitações não atendidas. Ele não decide sobre o problema, mas o acompanha até sua resolução, mantendo o cidadão informado.

- Todos os órgãos da administração pública direta e indireta estarão obrigados a atender o Defensor do Povo em caráter preferencial.
- Além de atender as solicitações e reclamações da população, o Defensor do Povo utilizará os casos individuais para sugerir a melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- As solicitações ao Defensor do Povo poderão ser feitas por pessoas físicas (em particular ou em grupo) ou jurídicas (empresas, entidades, associações, etc.).
- Ombudsman deverá dar publicidade às suas atividades, respondendo as solicitações através de carta, fax etc. Anualmente, deverá ser feita uma publicação com o balanço de sua atuação.
- Deverá ser uma pessoa de notório respeito público e reputação ilibada, domiciliado em Santo André, sem vinculação partidária e com o compromisso de não concorrer a nenhum mandato eletivo nas duas próximas eleições.
- Ombudsman terá um mandato de dois anos, com direito a uma recondução, escolhido diretamente por dois terços da Câmara Municipal, a partir de indicações feitas por entidades da sociedade civil ou por indicação de pelo menos 1 % dos eleitores do município. Essas e outras condições (tais como atribuições, estrutura, condições de remoção, etc.) deverão constar no projeto de lei que criará a figura do Defensor do Povo ou Ombudsman.

RELATIVAS A DESCENTRALIZAÇÃO

- Descentralizar para as demais secretarias, funções de apoio, hoje centralizadas principalmente nas Secretarias de Administração e Finanças, garantindo previamente o embasamento jurídico, a implantação de mecanismos de controle e auditoria e a adaptação das rotinas hoje existentes.
- Instalar postos de atendimento descentralizados para que o munícipe utilize os serviços e obtenha acesso às informações da Prefeitura.
- Implantar projetos matriciais com escopos e atribuições de cada área bem definidos. A coordenação desses projetos deverá participar do planejamento das principais áreas em que houver envolvimento importante, com o objetivo de que suas ações sejam contempladas adequadamente.

RELATIVAS AO AUMENTO NA CAPACIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REALIZAÇÃO DE OBRAS

- Promover a terceirização dos serviços em que a Prefeitura dificilmente consegue bom desempenho, como manutenção de edificações, varrição e segurança patrimonial. Esses serviços poderão ser prestados por cooperativas ou pequenas empresas.
- Outra situação em que a terceirização deve ser analisada são as áreas que envolvem alta tecnologia e que a prefeitura, por falta de agilidade, quadros, ou outros recursos, não consegue acompanhar seu desenvolvimento, tais como algumas áreas ligadas à tecnologia da informação e de diagnóstico por imagens, na área de saúde.
- Estimular a concessão de serviços públicos, visando o aumento da capacidade operacional da Prefeitura, nos casos em que se verifique a possibilidade de ganhos de custos e qualidade. Nesses casos, pode ser conveniente manter sob responsabilidade da Prefeitura uma parcela do serviço a ser concedido, de forma a garantir a capacitação própria e parâmetros de comparação para a regulação do serviço.
- Em situações nas quais os custos necessários à concretização de uma obra importante não sejam condizentes com a capacidade de investimento, buscar sua realização pela iniciativa privada, através do mecanismo de concessão com a consequente remuneração do investimento por um período de tempo.
- Garantir, em caso de terceirização do serviço, a preservação dos empregos com a readequação das tarefas dos servidores atingidos.

RELATIVAS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Usar intensamente a tecnologia para apoio à atividade gerencial: Sistemas de Informações Gerenciais, grupos de trabalho em rede, correio eletrônico e fluxo de documentos que fazem parte do conceito hoje conhecido como Intranet, agilizando a tomada de decisão e diminuindo o uso da hierarquia para simples fluxo de informação.

- Reformular os processos de trabalho a partir das tecnologias hoje disponíveis tais como Sistema de Informações Geográficas, fluxo eletrônico de documentos e redes de comunicação pública e interna.
- Colocar na Internet as informações da Prefeitura tais como orçamento, projetos e serviços.
- Garantir, nas bibliotecas, escolas públicas e outros espaços, o acesso à tecnologia e às grandes redes de comunicação aos setores da população que não dispõem desses recursos.
- Substituir os equipamentos de grande porte por tecnologias descentralizadas baseadas em rede de microcomputadores.
- Reformular a estrutura da área de informática, descentralizando a computação de uso pessoal e os sistemas que dizem respeito a uma única área, centralizando os sistemas corporativos, o planejamento da rede e a definição de interfaces e terceirizando o desenvolvimento de sistemas.

RELATIVAS AO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

- Implantar, desde o início do mandato, na administração direta e indireta, mecanismos de planejamento das ações de governo baseados na metodologia do Planejamento Estratégico Situacional, adotado em nível de Secretaria e em alguns casos até de departamentos.
- Implantação no Gabinete do Prefeito de mecanismos de monitoração e gerenciamento das ações de Governo.

RELATIVAS A RECURSOS HUMANOS

- Adotar o contrato coletivo de trabalho como instrumento normatizador e regulador da relação do Governo com os funcionários, contemplando não só a questão das condições de trabalho, da remuneração dos servidores, mas também o melhor atendimento à população.
- Definir uma política salarial que compatibilize a valorização dos servidores com a capacidade orçamentária limitada da prefeitura, garantindo espaços para os investimentos públicos em obras e serviços.
- Implantar mecanismos de avaliação de desempenho, que valorizem as equipes, com base em indicadores definidos, objetivando resultados em termos de produtividade e qualidade do seu trabalho.
- Implantar, com participação do funcionalismo público, um novo estatuto, tendo como parte integrante um Código de Ética atualizado e realista. O Plano de Carreira a ser implantado e o estatuto deverão assegurar mecanismos de flexibilização de funções, amparado por um programa de readaptação funcional.
- Implantar a Escola Municipal de Administração Pública com um programa permanente e abrangente de formação de recursos humanos em nível operacional, técnico e gerencial, que contemple as dimensões colocadas no modelo de gestão proposto.
- Criar uma estrutura profissional e permanente de relação com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, estabelecendo uma mesa permanente de negociação.
- Restabelecer os programas de segurança e saúde do trabalhador e a CIPA.

RELATIVAS À PREVIDÊNCIA

- Implantar um sistema de Previdência próprio, com plano de custeio partilhado compulsoriamente entre a Administração e o servidor, baseado em um regime de capitalização, tendo como premissa a gestão autônoma dos recursos e a participação ativa dos segurados em sua administração.

RELATIVAS A NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Definido o Programa de Governo, a estrutura da Prefeitura deverá estar condizente com as diretrizes propostas. Dessa forma, as modificações na estrutura da Prefeitura, que serão implantadas desde o início do governo, são as seguintes:
 - unificação das ações de manutenção da cidade na Secretaria de Serviços Municipais a gestão do transporte coletivo;

- as ações de Educação, prioridade das prioridades, ficarão sob responsabilidade da Secretaria de Educação e Formação Profissional, inclusive aquelas relacionadas a educação para o mundo do trabalho;
- as ações de Cultura, Esporte e Lazer, ficarão sob responsabilidade da Secretaria de cultura, esportes e lazer;
- a diretriz de desenvolvimento econômico bem como as ações de parceria ficam na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego;
- transformação da Secretaria de Habitação em Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Edificações, com a incorporação do Departamento de Planejamento Urbano e das áreas de projetos e execução de edificações.
- as ações de drenagem passam a ser atribuição do Semasa;
- o controle da frota e o Departamento de Informática serão integrados à Secretaria da Administração;
- criação da Secretaria de Cidadania e Ação Social responsável pelas políticas de idosos; jovens; portadores de deficiência; gênero; criança adolescente e promoção social;
- os princípios gerais de políticas públicas (o planejamento de governo, a participação popular, a modernização administrativa, a produção de inovações em políticas públicas etc.) devem se expressar na constituição de grupos-tarefa intersetoriais diretamente ligados ao Gabinete do Prefeito, com, caráter permanente e, quando for o caso, enraizados nas secretarias;
- como consequência são extintas as Secretarias de Governo, Planejamento, Obras e Serviços Urbanos, Transportes, Educação, Cultura e Esportes e a Fundação de Promoção Social (PROSSAN).

3.PARTICIPAÇÃO POPULAR

A participação popular se constitui em um elemento essencial de oposição ao uso privado do Estado e de transformação cultural calcada nos valores da cidadania .

A participação popular se expressa na instituição de um modelo de co-gestão pública dos assuntos locais, envolvendo governo e sociedade, de modo a criar condições para a participação dos cidadãos nas decisões locais. Para sua maior efetivação, a participação popular precisa ser incorporada ao dia-a-dia da administração pública, não apenas como uma diretriz de governo mas enquanto metodologia de trabalho.

1.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Ampliação da noção de cidadania e participação direta da população nas principais decisões de caráter público.
- Constituição de espaços públicos , onde os diversos setores que compõem a sociedade, possam gerir juntamente com o governo municipal os assuntos locais.
- Atenção às múltiplas identidades e, portanto, às múltiplas necessidades, interesses e formas de organização da sociedade.
- Busca de formas inovadoras de relação com a comunidade, respeitando a autonomia e independência das organizações da sociedade e também estimulando o surgimento de novas formas de organização, formais ou não.

3.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

- Retomada do Orçamento Participativo, tornando-o instrumento central do exercício da cidadania, onde governo e população discutirão os rumos da cidade de forma conjunta.
- Instituir o processo de discussão orçamentária através:
 - criação dos Fóruns Regionais , Temáticos e Setoriais do Orçamento Participativo;
 - definição das prioridades de cada Fórum Regional, Temático e Setorial para o bairro/região, tema, setor e município;
 - escolha dos delegados regionais, temáticos e setoriais ao Conselho do Orçamento;
 - discussão no Conselho do Orçamento das prioridades regionais, temáticas e setoriais e da proposta do governo municipal, tratando não apenas da parcela relativa ao investimento mas também do custeio, ou seja, a totalidade da receita prevista;

- definição da proposta orçamentária, através da negociação entre governo e população, partilhando o poder, onde tanto a representação da população quanto a administração negociem em pé de igualdade;

- acompanhamento da execução orçamentária pelo Conselho do Orçamento e pelos membros de cada Fórum Regional, Temático e Setorial.

Para que a discussão orçamentária seja profícua, é necessário:

- articular o Orçamento Participativo ao planejamento do governo para elaboração da proposta do governo municipal e para garantir a realização das deliberações da discussão orçamentária;

- criar mecanismos de acompanhamento da execução orçamentária que facilitem seu acompanhamento pelos conselheiros e pela população em geral. - criar um programa de formação permanente em que a população possa

compreender os mecanismos próprios da administração pública, além de conhecer a realidade de sua região e da cidade;

- desencadear um processo de preparação pública que envolva todos os setores sociais com ampla divulgação do calendário, dos critérios, locais etc.

- buscar a participação de todos os setores interessados, de forma que a participação seja a mais ampla possível;

- adotar outros meios de consulta da população, como a pesquisa de opinião pública, por exemplo.

• Trabalhar no sentido de consolidação da idéia de planejamento de bairro e não apenas de solução de problemas pontuais, estimulando o debate e a formulação de propostas gerais para a cidade.

CONSELHOS E FÓRUMS

• Incentivar o funcionamento dos conselhos já formalizados, fomentando a criação de novos conselhos e fóruns, garantindo condições ao seu funcionamento. É preciso ter claro que a criação e o funcionamento desses órgãos só se dará a partir da participação da sociedade e não apenas da vontade do governo municipal.

• Retomar o Fórum de Desenvolvimento de Santo André considerando os seguintes aspectos: - deverá estabelecer relações de parceria com o Fórum pela Cidadania do Grande ABC e outros setores da sociedade civil;

- o objeto de discussão deverão ser as questões, regionais e estratégicas, ligadas ao desenvolvimento econômico e social da cidade;

- essa instância deverá atuar de forma articulada com o Consórcio Intermunicipal.

• Retomar o Fórum Sindical, agregando as lideranças de diferentes filiações partidárias e de centrais sindicais. Seu objetivo é a discussão das questões sindicais afetas à administração pública, desde, por exemplo, horário de funcionamento do comércio aos domingos, até as grandes questões do desenvolvimento econômico e do emprego.

APOIO ÀS AÇÕES

• Criar uma estrutura nas áreas da administração que garanta a implementação dos canais de Participação Popular, incluindo a implantação dos Agentes de Participação Popular (APP's).

• Capacitar o funcionalismo a formular novas metodologias de trabalho que incorporem a participação popular.

• Criar uma política de comunicação que seja um instrumento de informação da opinião pública, procurando contemplar não apenas as realizações executadas ou a serem executadas, mas os problemas urbanos e seus desafios.

• Assumir o caráter pedagógico da participação popular, o que significa:

- encarar os conflitos, não como ameaça, mas como espaços privilegiados de aprendizado, pois a partir das diferentes leituras que se tem da cidade é que se poderá formular uma visão mais global dos problemas e superar o corporativismo e o "bairrismo", abrindo perspectivas para a participação em canais cada vez mais amplos;

- estabelecer programas de formação para que a população possa se apropriar de informações e mecanismos de funcionamento da administração.

2. EDUCAÇÃO

As políticas educacionais desenvolvidas no âmbito federal, estadual e municipal têm produzido uma educação de má qualidade, que aumenta a exclusão da maioria da população do pleno exercício da cidadania, o que pode ser concretizada se o indivíduo estiver inserido:

- no mundo do trabalho, podendo construir bases que permitam uma existência digna e autônoma;
- no mundo das relações sociais, pelo princípio da equidade;
- no mundo das relações simbólicas, permitindo usufruir bens e valores produzidos pela humanidade.

As propostas educacionais devem portanto, assumir o desafio de procurar caminhos que preparem os membros da sociedade para o trabalho e para a vida social, cultural e para a participação política.

A iminente aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 233, muda substancialmente as responsabilidades das três esferas de poder, trazendo um impacto significativo na atual estrutura municipal de serviços de educação e no montante de recursos disponíveis no município, o que acarretará mudanças de vulto na composição geral dos gastos municipais.

Do ponto de vista do serviço de educação, o produto dessa alteração constitucional fará com que o governo municipal assumira o ensino de primeiro grau. Como conseqüência, nossas propostas de educação com qualidade deverão se estender a esta nova atribuição municipal.

4.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Melhoria da qualidade da educação através da democratização da gestão, discutindo com o conjunto da sociedade um projeto educacional para o município.
- Democratização do acesso à Educação de qualidade com a implementação de programas que, a longo prazo, universalizem o atendimento e o acesso através de critérios claros e objetivos.
- Estímulo à permanência na escola, através do estabelecimento de condições materiais.
- Criação de condições para que os indivíduos se capacitem frente às demandas e exigências do mundo do trabalho.
- Desburocratização e racionalização dos processos pedagógicos e administrativos, facilitando a participação da comunidade.
- Realização de parcerias com entidades da sociedade civil e o setor privado com a finalidade de superar a escassez de recursos compartilhando as atividades.
- Investimento na melhoria das condições de trabalho e na formação permanente dos professores.

4.2. PROPOSTAS DE AÇÃO RENDA MÍNIMA

- Criação de um Programa de Renda Mínima que garanta às famílias desprovidas de condições básicas de subsistência uma complementação de renda vinculada à permanência dos filhos na escola.

EDUCAÇÃO INFANTIL

- Unificar o serviço de Pré-escola com o serviço de UNIMEI (Creche) criando um serviço único de Educação Infantil.
- Buscar o atendimento integrado (EMEI/UNIMEI) em prédios com salas ociosas e através de parcerias com empresas e entidades assistenciais.
- Fortalecer as relações com entidades que mantêm creches conveniadas com a Prefeitura.
- Fazer levantamento das empresas da cidade que possuem mais de 30 funcionários e que ainda não possuem serviço de creche para propor suporte técnico na criação do serviço e acompanhamento pedagógico, numa parceria entre prefeitura, sindicatos e iniciativa privada.
- Viabilizar um projeto de escola aberta à participação da população, nos seus vários aspectos:
 - no processo ensino-aprendizagem, apresentando e discutindo com os pais a proposta pedagógica;
 - nas decisões de caráter administrativo, definição do regimento interno da escola, manutenção do prédio etc;
 - na avaliação de desempenho dos profissionais;
 - na escolha do Diretor da Unidade Escolar;
 - na compra dos materiais escolares.
- Tornar as EMEIS/UNIMEIS unidades orçamentárias, possibilitando a elas receber recursos para fazer reparos nos prédios. Esses recursos serão controlados pelo Conselho de Escola.

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

- Desenvolver projetos de capacitação profissional, em parceria com a sociedade civil, capazes de direcionar o trabalhador à autonomia na condução de suas tarefas, favorecendo o domínio da linguagem e o pensar científico e analítico.
- Dar ao projeto de formação profissional flexibilidade para que possa atender as demandas específicas e permanentes de qualificação de jovens e adultos, empregados e desempregados.
- Mobilizar a Universidade, o segundo grau municipal, as escolas técnicas, o Estado e entidades da sociedade civil para a co-participação neste projeto.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- Ampliar o serviço de educação de jovens e adultos, mobilizando a sociedade civil para a realização de uma frente ampla de combate ao analfabetismo.
- Implantar um serviço educacional em turnos, facilitando o acesso do trabalhador.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Integrar socialmente o portador de deficiência a partir do princípio de escola inclusiva eliminando o caráter segregacionista do serviço.
- Realizar censo com a finalidade de identificar dados estatísticos da população portadora de deficiência.

NO TERCEIRO GRAU

- Estreitar o vínculo da Fundação Santo André (FUSA) com a Prefeitura de maneira a compartilhar os interesses, auxiliando-se mutuamente no desenvolvimento de programas.
- Contribuir para que a FUSA se integre à comunidade, prestando serviços e produzindo conhecimento e tecnologia.
- Definir claramente a natureza jurídica da FUSA através da atualização e revisão dos seus estatutos, buscando uma estrutura de poder interno mais democrática. Para isso, será necessária a criação de um fórum de discussão que contemple a comunidade acadêmica, a Prefeitura Municipal e representação da sociedade civil.
- Garantir a destinação de recursos para a melhoria da qualidade de ensino, produção científica, a prestação de serviços à comunidade e a qualificação para o mundo do trabalho.
- Instigar a comunidade acadêmica a discutir projetos conjuntos, tais como o incentivo à formação continuada dos professores da rede estadual e municipal de Santo André.
- Estimular o desenvolvimento de programas que visem a ocupação de espaços físicos ociosos, como por exemplo, a criação da Universidade da Terceira Idade e programas de qualificação para o mundo do trabalho.
- Reativar a coordenadoria de concursos.
- Reestruturar a coordenadoria de extensão de pesquisa e de pós-graduação. Definir processo interno e externo de contínua avaliação dos serviços prestados pela FUSA.
- Agir de maneira integrada com as administrações de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul para elaborar propostas para a Fundação ABC.
- Fortalecer e ampliar a luta pela criação da Universidade do ABC.

SEGUNDO GRAU

- Manter o nível de qualidade de ensino que marcou a atuação do segundo grau da Fundação, recuperando o paradigma de escola de aplicação.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- Realizar atividades educativas, juntamente com outras secretarias, que promovam o entendimento e a discussão de temas variados como: meio ambiente, esportes, cultura, criança e adolescente, terceira idade, saúde, gênero etc.
- Criar o Fórum Municipal dos Conselhos de Escola como um espaço permanente de discussão da educação.

- Realizar o Congresso Municipal de Educação com o objetivo de mobilizar a sociedade na busca de soluções aos problemas dessa área, transformando a cidade num pólo de referência sobre o tema.
- Realizar avaliações de desempenho do conjunto dos serviços e das unidades escolares, com critérios objetivos e transparentes, envolvendo usuários, funcionalismo e administração.
- Atualizar e regulamentar o Estatuto do Magistério para torná-lo coerente com as novas propostas educacionais.
- Implantar o projeto de formação continuada.

3. CIDADE AGRADÁVEL

O conceito de Cidade Agradável procura expressar o fato de que, no imaginário da população, o município precisa oferecer a seus moradores, de modo democrático, uma boa qualidade de vida. Numa cidade já bastante urbanizada, a qualidade de vida depende, em grande medida, de pequenas obras e da prestação de um conjunto de serviços públicos voltados à vida cotidiana.

Em particular, é preciso dar atenção à qualidade dos espaços públicos que criam e valorizam uma percepção positiva da cidade pelos seus moradores como, por exemplo, áreas centrais da cidade e locais de encontro. Morar bem é sentir-se bem na cidade onde se reside, é orgulhar-se dela em função de uma identidade local positiva.

É certo que todas as propostas contidas no Programa de Governo, de alguma forma, contribuem para tornar a Cidade Agradável. Mas é preciso estabelecer um conjunto de ações específicas voltadas exclusivamente a este propósito.

Como a percepção de cada indivíduo acerca da qualidade de vida é muito diferenciada e traduz uma série de valores, alguns subjetivos, que interferem na forma como o cidadão se relaciona com o espaço urbano, vamos traduzir concretamente o nosso conceito de Cidade Agradável. Apontamos quatro categorias simbólicas que, no seu conjunto, devem expressar esta idéia:

- Cidade mais bonita.
- Cidade com mais cultura, esporte e lazer. Cidade com trânsito bom.
- Cidade mais segura.

3.1. CIDADE MAIS BONITA

- Cidade mais bonita pressupõe:
 - cidade mais limpa, com a manutenção e aperfeiçoamento dos serviços de varrição e coleta do lixo, além do disciplinamento da coleta de entulho e da adequada destinação dos resíduos sólidos;
 - cidade mais florida com o plantio em logradouros públicos de espécies floríferas e manejo das árvores existentes, visando impactar a paisagem da cidade com floradas massivas;
 - cidade com mais áreas verdes através da implantação e conservação de praças, parques públicos, áreas verdes e arborizadas;
 - cidade com equipamentos e espaços públicos bem construídos e conservados a partir do desenvolvimento de padrões urbanos diferenciados que representem novos signos urbanos, favorecendo a afirmação da identidade da população com a cidade;
 - cidade com centro mais bonito através de renovação urbana nos centros principal e regionais, reconhecidamente espaços públicos de encontro de natureza democrática.

3.1.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Recuperação do conceito de valorização de centros de bairro, corredores de circulação e centro da cidade garantindo em todos os espaços de uso público intensivo, serviços de qualidade nas áreas de manutenção viária, varrição, cata-papel, roçagem, jardinagem, poda de árvores, iluminação, reparos e renovação de mobiliário.
- Prioridade ao planejamento integrado dos trabalhos de manutenção da cidade, garantindo assim melhores resultados e potencializando ganhos de produtividade nas equipes envolvidas.
- Aumento da produtividade e da eficiência nas intervenções da prefeitura, para o que é fundamental o envolvimento do conjunto dos servidores.
- Viabilização de alternativas técnicas em nível local e regional que garantam a adequada destinação dos resíduos sólidos.
- A coleta seletiva de lixo deve sair do plano discursivo para ser firmemente implementada como instrumento da formação da cultura de redução de desperdícios visando, em última instância, a redução global do volume de resíduos sólidos domiciliares.

- Definir parâmetros de qualidade de edificações e serviços que possam ser controlados socialmente pela população.
- Parcerias com segmentos do setor privado na viabilização de intervenções de maneira a aumentar o leque das ações públicas na cidade e estabelecer interlocutores para a gestão de espaços de uso múltiplo.
- No campo da produção de obras trata-se de fazer, fazer nos prazos, fazer nos prazos e barato, fazer barato, nos prazos e com qualidade.
- conceito a ser adotado nas intervenções com obras novas, ou recuperação de antigas, deverá ser o de custo anual estimado de operação e não simplesmente o investimento inicial de produção.
- programa de edificações deverá considerar o usuário da edificação como agente privilegiado para o estabelecimento dos problemas relacionados à operação e uso dos equipamentos públicos.
- Pesquisar e inserir novas tecnologias construtivas que reduzam custos e promovam ganhos de qualidade na execução de obras.

5.1.2. PROPOSTAS DE AÇÃO CIDADE MAIS LIMPA

- Captar recursos externos em prazos exequíveis, priorizando-se a busca de parcerias, para a solução do problema da destinação final do lixo.
- Realizar estudos para a extensão física da área do aterro ou implantar projetos que otimizem sua capacidade, respeitando os projetos de caráter regional. Implementar uma política específica para a destinação do lixo hospitalar privilegiando-se uma solução regional, garantindo-se de outro modo o não lançamento de resíduos contaminados no aterro sanitário.
- Implementar um sistema eficiente de varrição de ruas que leve em conta a frequência de utilização da via.
- Tratar a questão do entulho em locais inadequados, desenvolvendo ações públicas informativas sobre o tema, punindo severamente os infratores, disciplinando o setor de construção civil e criando facilidades para destinação mais econômica dos materiais inertes.
- Resgatar o projeto Estação Entulho para sediar nos bairros áreas de destinação posicionadas próximas aos pontos de despejo de entulho e operar o transbordo destes materiais para centrais de acumulação.
- Estimular a redução voluntária do volume de resíduos gerados, através de programas educativos, da implantação da coleta seletiva e do estímulo à implantação nas indústrias da norma ISO 14000.
- Desenvolver o programa de coleta seletiva em três linhas: educativa, lixo domiciliar e lixo industrial.
- Implantar e operar de forma progressiva a coleta seletiva de lixo domiciliar.
- Estimular a ampliação do mercado de reciclagem através de um enfoque regional e extra-regional para o problema.

CIDADE MAIS FLORIDA E COM MAIS ÁREAS VERDES

- Promover o plantio de espécies floríferas e tratar as árvores existentes com o objetivo de impactar a paisagem urbana, em parceria com a sociedade civil.
- Criar mini-parques e praças de vizinhança na periferia, operando a revegetação destas áreas com espécies nativas.
- Investir na infra-estrutura do Parque Central, transformando-o em área de lazer regional.
- Investir na melhoria do Parque Duque de Caxias, do Parque Regional da Criança e do Parque do Pedroso.

CIDADE COM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS BEM CONSTRUÍDOS E CONSERVADOS

- Implantar sistemática de ação integrada com grupos-tarefa especializados em manutenção e recuperação de logradouros públicos, com múltiplas atribuições que atuem de forma coordenada e eficaz na conservação da cidade.
- Buscar, junto ao mercado, soluções na área de mobiliário urbano que contribuam para a construção da identidade de um projeto global voltado à melhoria da qualidade de vida na cidade.
- Tornar mais efetiva a legislação de manutenção dos passeios públicos de maneira que estes se mantenham em boas condições de utilização.

- Implantar um sistema de zeladorias através de profissionais prestadores de serviços, gerenciados pelos responsáveis pelos equipamentos públicos, respondendo por um leque pré-definido de serviços.

CIDADE COM CENTRO MAIS BONITO

- Incentivar a limpeza e a recuperação das fachadas evitando a poluição visual.
- Readequar o mobiliário urbano, recuperando e implantando lixeiras, orelhões, bancos, floreiras, postes, placas etc.
- Melhorar a infra-estrutura de apoio oferecendo melhores serviços de orientação, informação ao consumidor, pontos de encontro, mapas de localização, fraldário etc. · Implantar projetos de iluminação que aumentem a beleza e a segurança.
- Disciplinar o comércio ambulante.
- Possibilitar o livre acesso aos moradores através da organização dos transportes, garantia de estacionamento e redimensionamento de calçadas.
- Preservar e valorizar o patrimônio cultural e ambiental, recuperando prédios importantes.
- Incentivar a diversidade de usos a fim de garantir ao Centro vida permanente, minorando a possibilidade de degradação de áreas.

3.2. CIDADE COM MAIS CULTURA, ESPORTE E LAZER

O mundo contemporâneo entende cultura, esporte e lazer como um direito do' cidadão que precisa criar, experimentar, investir, se superar, se divertir e contribuir com o desenvolvimento da humanidade.

Neste sentido a gestão pública de cultura, esporte e lazer deve ter como meta o direito do cidadão e o seu trabalho de criação. É o momento da representação e participação da sociedade andreense no fazer cultural e artístico. O momento de realizar experiências, interações, criar visões de mundo e desenvolver novas capacidades criadoras.

Trata-se de transformar Santo André em um pólo cultural e esportivo através de sua inserção no circuito dos grandes eventos de nível nacional e internacional, reforçando o orgulho do cidadão andreense pela cidade.

5.2.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Afirmação de Santo André enquanto pólo cultural e esportivo.
- Garantia de espaço para a participação dos produtores culturais na implementação e formulação de projetos culturais.
- Criação de formas eficientes de captação de recursos junto à iniciativa privada para projetos de cultura, esporte e lazer, a partir dos mecanismos legais existentes. Incentivo aos patrocinadores para que invistam na formação e manutenção de equipes esportivas de modo a recuperar a representatividade do esporte competitivo em Santo André.

5.2.2. PROPOSTAS DE AÇÃO NA ÁREA DE CULTURA

- Recuperar a Casa do Olhar e a Casa da Palavra: espaços onde o cidadão entrará em contato com o que há de mais avançado no mundo tecnológico na área da programação visual, artes plásticas e literatura.
- Instalar na Casa do Olhar e na Casa da Palavra em parceria com empresas de informática, os equipamentos e as redes para os cidadãos navegarem pelo mundo, a partir de recursos de comunicação de última geração, ligados à Internet.
- Criar, na Casa do Olhar, a Pinacoteca Municipal, reunindo o acervo de Arte Contemporânea que vem sendo adquirido pela municipalidade desde a década de 70 durante os Salões de Arte Contemporânea.
- Tornar as Bibliotecas centros de difusão e produção literária:
 - dinamizando as atividades, tornando-as espaços de vivências inovadoras;
 - democratizando a informação com a integração de escolas municipais e estaduais e Universidades;
 - informatizando-as, possibilitando programas de leitura e desenvolvendo novos mecanismos de empréstimos de livro, onde o usuário não precisará se deslocar ao centro da cidade para retirar ou entregar um volume. Deve-se ainda implementar linhas para acesso à Internet e programas culturais;

- ampliando e reorganizando especialmente o acervo de literatura infanto juvenil, facilitando o fluxo e melhorando a convivência dos usuários, onde pais e filhos possam frequentar juntos suas instalações;
- elaborando ações conjuntas com memorialistas, literatos e historiadores da região, de modo que o Museu e a Biblioteca passem a trabalhar juntos na política de resgate e divulgação da memória local;
- ampliando o acervo da Videoteca, tornando eficiente a sua divulgação.
- Na área de museologia e preservação da memória: .
- transformar o Museu em um centro de aperfeiçoamento técnico que seja referência de toda a região do ABC;
- aperfeiçoar e ampliar as oficinas e workshops de restauro, museologia e museografia;
- desenvolver uma política específica na área da preservação da memória a partir do inventário dos bens culturais da cidade, participando do debate sobre o crescimento e reordenamento das cidades, com a participação do GIPEM.
- restabelecer a ação educativa através de relações orgânicas com as escolas. - abrigar as atividades do CONDEPHAAPASA;
- desenvolver políticas de difusão da memória local e regional e participar das discussões e da organização do Arquivo Público.
- Implantar no Cine-Teatro Carlos Gomes um pólo de criação audiovisual, onde se dará a difusão, informação e formação sobre a produção audiovisual contemporânea e a filmografia do passado.
- realizar oficinas de roteiro, produção cinematográfica, debates com cineastas, lançamento de filmes nacionais e estrangeiros, bem como realizar mostras de cinema;
- realizar mostras de filmes junto com embaixadas estrangeiras e institutos nacionais e internacionais.
- Retomar a política de atração de espetáculos e estréias de importância estadual e nacional no Teatro Municipal, resgatando seu valor simbólico e abrindo suas dependências para o circuito de mostras internacionais, a exemplo do Free Jazz e/ou Carlton Dance.
- Retomar as atividades da *Escola Livre de Teatro (ELT)*, criando um espaço de pesquisa e aperfeiçoamento de técnicos e artistas na área teatral.
- Utilizar o Teatro Conchita de Moraes para a produção experimental, seja a realizada pela ELT ou por outros grupos teatrais.
- Recuperar a ação das *EMIA's* como centro de iniciação nas diversas linguagens artísticas, através de exposições, espetáculos, oficinas e cursos, estendendo sua ação para outros bairros da cidade e trabalhando com diferentes faixas etárias.
- Retomar a ação nos *Centros Comunitários*, tornando-os pontos de referência da ação cultural nos bairros e expandindo suas atividades para outros espaços.
- Ampliar as atividades da Orquestra Jovem de Santo André no sentido de resgatar seu papel de formação musical.
- Fortalecer as ações com a iniciativa privada, a exemplo dos Grandes Concertos ABC, de modo a permitir que a Orquestra se torne um centro produtor de música, permitindo experiências de teatro, dança e ópera, a exemplo da História de um Soldado e Dom Pasquale.
- Expandir a área de divulgação das atividades da orquestra para além das fronteiras da cidade.
- Retomar o Coral Municipal, ampliando as possibilidades de repertório e diversificando as produções musicais da orquestra.
- Desenvolver projetos musicais com outras entidades, como por exemplo, a Banda Lira.
- Desenvolver o projeto Santo André Noite e Dia, com atividades culturais permanentes no centro da cidade, com a realização de intervenções culturais em praças públicas e ruas, ou programas de cinema no Carlos Gomes, atividades na Casa da Palavra e do Olhar, Teatro Municipal, Bibliotecas e Museu, durante o dia e a noite.
- Desenvolver o projeto Sobre Todas as Coisas onde serão discutidos temas da contemporaneidade como economia, lazer, cultura, ciência e tecnologia em espaços culturais do centro da cidade - públicos ou não.
- Realizar ações na área da cultura e lazer em Paranapiacaba, investindo em oficinas de arte e apresentações de vídeos, shows e espetáculos, a exemplo do que se pretende com os Centros Comunitários.
- Realizar um censo cultural para melhor conhecimento dos produtores e produtos culturais que a cidade dispõe, buscando detectar espaços a serem abertos para divulgação e aprimoramento da produção local.
- Desenvolver, com apoio da iniciativa privada, uma agenda das atividades culturais do Município, incluindo também a programação cultural dos bares, cinemas, livrarias, etc.

- Implantar o *Fórum Regional de Cultura* como um espaço de debates sobre as experiências na área de cultura, com o intercâmbio entre as cidades da região e outras entidades, brasileiras ou não, de gestão cultural, bem como Universidades de modo a melhor qualificar as ações na área de cultura.
- Viabilizar a formação de um circuito cultural que integre as cidades do ABC, de modo que a produção de uma cidade possa percorrer os espaços culturais das demais cidades da Região, proporcionando a troca de informações na busca da identidade regional.

NA AREA DE ESPORTES E CAZER

- Organizar eventos esportivos de modo a resgatar as atividades tradicionais nos bairros e na região central da cidade.
- Reestruturar a organização dos Jogos Escolares, criando duas divisões distintas, uma com esportistas federados e outra sem, de modo a incentivar uma maior participação das escolas.
- Realizar a manutenção dos campos de futebol pertencentes ao poder público municipal, democratizando o seu uso para o maior número possível de times.
- Implantar escolinhas de futebol, organizando campeonatos ou torneios com os times. Criar o projeto Santo André Sobre as Águas intensificando o uso das piscinas com cursos de natação e aulas de hidroginástica.
- Manter e ampliar com novas estratégias o programa de ginástica para adultos e terceira idade, estimulando o convívio social e encontros entre os grupos através de torneios recreativos e outras atividades.
- Organizar roteiros para atividades ciclísticas nos finais de semana e feriados.
- Promover competições e organizar espaços para a prática de esportes radicais, respeitando a tradição destas modalidades na região e o apoio dado a estes grupos pela mídia (MTV, rádio 89 FM, Diário da Tribo). Para isto, será necessário a construção ou adaptação de espaços para sediarem estas práticas, que poderão ser implantados com o apoio da iniciativa privada.
- Garantir o atendimento da pessoa portadora de deficiência, criando programas especiais de educação física adaptada para grupos específicos.
- Manter e melhorar as equipes esportivas, incentivando não só a categoria principal, mas mantendo um trabalho de base com as categorias menores.
- Propor a criação de um Fórum Esportivo de caráter regional a fim de discutir as políticas públicas voltadas ao esporte, favorecendo a troca de experiências. Garantir, em parceria com a iniciativa privada, federações esportivas ou entidades como SESI e SESC, a recuperação e a manutenção dos espaços que atualmente se encontram sucateados e abandonados.
- Intensificar o serviço de lazer nos Centros Comunitários da cidade, particularmente, a recreação nas piscinas, durante os finais de semana e férias.
- Democratizar o uso dos Centros Comunitários entre seus vários grupos de usuários, realizando atividades recreativas diversificadas, incentivando a participação da comunidade na proposição e organização destas atividades.
- Implantar um serviço permanente de lazer nos parques, de orientação às práticas esportivas e corporais, contemplando os vários gêneros de usuários que os freqüentam e as especificidades de cada área.
- Desenvolver, em pelo menos um dos parques da cidade, o projeto *Caminhando no Parque*:
- Melhorar e equipar as áreas de recreação do Parque do Pedroso, buscando parceiro para recuperar o teleférico.
- Criar uma política de ação junto às grandes praças, mantendo um serviço com intervenções periódicas junto à comunidade local, a fim de capacitá-la para a autogestão do espaço.
- Revisar a regulamentação das ruas de lazer, estimulando que elas funcionem nos bairros mais carentes de espaços de recreação.
- Realizar o *Projeto Férias* com atividades de recreação por meio de oficinas de lazer, cursos esportivos, etc.
- Intensificar o uso do espaço do Paço Municipal, a partir de atividades esportivas e recreacionais, bem como a prática de esportes radicais, criando assim um atrativo para a população nos finais de semana.
- Criar convênios com escolas de educação física, buscando trabalhos conjuntos na área de recreação e atividades esportivas nos espaços de lazer da cidade.

- Reestruturar o FAE (Fundo de Apoio ao Esporte), como um verdadeiro instrumento na captação de recursos para o esporte junto à iniciativa privada, garantindo sua transparência financeira e dinamizando seu conselho de representantes.

3.3. CIDADE COM TRÂNSITO BOM

É fundamental assumir de fato as atribuições decorrentes da municipalização do trânsito, capacitando a área para intervir com autonomia na gestão do tráfego, garantindo a redução do número e a gravidade dos acidentes, aumentando a fluidez na circulação dos veículos e investindo na educação para o trânsito.

5.3.1. DIRETRIZES BASICAS

- Garantia de fluidez do trânsito.
- Garantia da redução do número e da gravidade dos acidentes no trânsito.
- Investimento em novas tecnologias para controle de tráfego e em ações de fiscalização que visem a segurança e melhoria de fluidez no trânsito.
- Prioridade às ações de melhoria na pavimentação das vias que são utilizadas no tráfego de ônibus, possibilitando ganhos na redução do tempo das viagens e aumento do conforto para o usuário.
- Prioridade ao pedestre, o que significa tratar calçadas e interseções com o mesmo cuidado de engenharia que é dispensado ao sistema viário.

5.3.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Identificar os principais pontos de conflito e estrangulamento de trânsito, propondo soluções no campo da sinalização e operação do tráfego.
- Promover adequações geométricas, cortes de canteiros, construções de ilhas ou outras pequenas intervenções no viário que tenham grande efeito no tráfego, tanto ao nível da segurança quanto da fluidez.
- Rever e aprimorar a sinalização de orientação do tráfego, de maneira a hierarquizar e tratar diferenciadamente os corredores mais carregados, protegendo assim as vias internas do tráfego de passagem.
- Implementar meios de informação ao usuário sobre condições adversas de fluidez ou situações conjunturais de obstrução e desvio.
- Implementar o serviço telefônico direto (194) que, ligado a uma central de controle, possa informar ou receber informações sobre as condições de tráfego da cidade ou problemas no viário.
- Estabelecer diretrizes aos grandes empreendimentos comerciais, geradores de tráfego, para que os mesmos garantam condições adequadas de acesso ao viário existente e de vagas de estacionamento.
- Orientar o tráfego de cargas na cidade, em particular o de cargas perigosas que, em decorrência do parque industrial, circulam em grande escala no município. Estruturar áreas para pernoite de veículos de carga, principalmente os que transportam cargas perigosas e que estacionam em logradouros inadequados. Ampliar o número de vagas revendo as áreas destinadas ao estacionamento rotativo levando em conta o potencial de demanda.
- Estabelecer áreas onde o tempo máximo de permanência varie de 1 a 6 horas com o mesmo custo, com o objetivo de estimular o usuário que vai permanecer por mais tempo nas áreas comerciais a deixar o seu veículo um pouco mais distante da área de maior interesse.
- Investir na Educação de Trânsito, tanto através de campanhas dirigidas aos usuários (motoristas, pedestres, ciclistas, patinadores etc.) quanto em ações voltadas à escola no sentido de formar no médio prazo o usuário do trânsito.
- Priorizar a ação regional no sentido de estabelecer padrões de sinalização, operação e fiscalização compatíveis nos corredores de interligação das cidades, a fim de permitir que os ganhos em fluidez na área de um município não se percam em atrasos no município vizinho.

3.4. CIDADE MAIS SEGURA

A solução para o problema da segurança não pode ser alcançada de imediato e apenas a nível local. No entanto, há medidas concretas de manutenção urbana que podem contribuir para que a população se sinta mais segura.

5.4.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Redução dos fatores que propiciam a ação de violência urbana.
- Articulação de ações entre a Guarda Municipal, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e a Polícia Civil.

5.4.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Intervir junto à Polícia Militar e Civil no sentido de garantir policiamento diferenciado nas áreas de maior afluxo de pessoas, investindo, se for necessário, na infra-estrutura de apoio.
- Eliminar as zonas escuras, podando árvores que obstruam luminárias, substituindo lâmpadas por outras de melhor desempenho de aclaramento e ampliando o número de vias iluminadas.
- Construir muros em terrenos baldios e roçar o mato para eliminar pontos inseguros na cidade, seja por ação direta da Prefeitura ou através de notificação do proprietário.

POLÍTICAS URBANAS

A formulação e implementação da política de Desenvolvimento Urbano deve considerar a ação dos agentes produtores da cidade.

A política de desenvolvimento urbano, articulando as ações econômicas, urbanas e regionais se estruturará em torno do fomento ao desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda e a democratização do acesso à terra, à moradia e aos serviços públicos.

Além de aspectos expostos em vários outros pontos deste documento, tais como habitação, desenvolvimento econômico e Cidade Agradável, as diretrizes básicas da política de desenvolvimento urbano deverão considerar:

- Cumprimento da função social da cidade e da função social da propriedade, trabalhando com a concepção e os instrumentos de reforma urbana garantidos na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município.
- Democratização do planejamento e gestão da cidade, garantindo o acesso à informação, à participação, construindo o controle social sobre os processos decisórios nos vários níveis.
- Evitar ao máximo a geração ou perpetuação de clandestinidades que gerem deseconomias e conflitos sociais.
- Empreender esforços no sentido de orientar os processos de adensamento, adequando-os à infra-estrutura urbana implantada.
- Implementar o planejamento a partir dos bairros, favorecendo o encontro dos agentes diretamente envolvidos na construção do espaço urbano, fortalecendo a identidade do bairro e deste com a cidade.
- Produzir e sistematizar informações acerca dos diversos trechos da cidade, buscando o resgate da memória e a valorização das diversidades que caracterizam o cenário urbano.
- Resgatar a identidade e fortalecer a memória da cidade, enfatizando sua história como parte da história do trabalho na indústria do país.
- Combater a segregação da cidade, buscando sua integração territorial, dedicando especial atenção aos diversos distritos que compõem o município.

1. HABITAÇÃO

A administração municipal representa uma pequena parcela do poder do Estado em nossa sociedade e, portanto, não pode ter a pretensão de implementar, sozinha, uma política habitacional que dê conta de todos os problemas relativos à questão. Até mesmo porque a maior parte dos recursos destinados à habitação - oriundos do FGTS ou do ICMS - continuam centrados nos governos federal e estadual.

A política habitacional se pautará pela participação popular em todas as etapas, desde a definição dos recursos para a área na elaboração do orçamento, passando pela distribuição dos recursos destinados e pela gestão dos empreendimentos até a execução dos mesmos.

1.1. DIRETRIZES BASICAS

- Articulação da política habitacional com a política urbana. Não apenas porque o suprimento de habitação demanda outras necessidades mas principalmente porque, em ambas, a questão fundiária exerce papel decisivo e determinante.
- Trabalho permanente e competente junto aos órgãos responsáveis pelos financiamentos e programas, visando a obtenção de recursos externos.
- Garantia de investimentos prioritariamente a programas que visem atender o maior número de famílias com o menor custo, garantindo a qualidade da habitação.
- Desenvolvimento de programas diversificados, porque são diferenciados os perfis das demandas, as situações físicas e ambientais.
- Gestão conjunta da política habitacional do município através de canais de participação como o Conselho Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Habitação.
- Incentivo à autogestão de programas e empreendimentos habitacionais.
- Realização de parcerias e convênios com o governo estadual no sentido de promover a regularização, urbanização e produção de moradias.
- Integração da Prefeitura à luta travada pelos movimentos de moradia e reforma urbana por uma nova política habitacional para o país.

1.2. PROPOSTAS DE AÇÃO PROVISÃO HABITACIONAL

- Buscar a qualidade do projeto arquitetônico e da construção de moradias utilizando-se de novas tecnologias e materiais, componentes e sistemas construtivos, através de convênios com Universidades, Centros de Pesquisa etc.
- Tomar iniciativas conjuntas com empreendedores privados, movimentos sociais e sindicatos, na formação de cooperativas, associações e consórcios, visando atender a demandas específicas e aos municípios inscritos na EMHAP (Empresa Municipal de Habitação Popular).
- Promover parcerias com a iniciativa privada no sentido de estimular a produção para o mercado de baixa e média renda, através da EMHAP, abrangendo entre outros, o apoio e subsídio à infra-estrutura, a diminuição dos custos, a comercialização e a viabilização conjunta de financiamentos.
- Estimular e apoiar a produção de lotes urbanizados.
- Reestruturar o Serviço de Moradia Econômica, ampliando e aperfeiçoando a execução de projetos de residências e a assistência técnica na execução da obra.
- Buscar soluções que compatibilizem a preservação ambiental e o direito à moradia e aos serviços públicos dos moradores das regiões de mananciais, através de um amplo debate com suas associações, os movimentos ambientalistas, a comunidade técnica e órgãos estaduais.

REURBANIZAÇÃO DE FAVELAS

- Retomar a urbanização de favelas , transformando-as em bairros, através de:
 - regularização urbanística, consistindo na definição do sistema viário, no parcelamento em lotes , na execução das obras de infra-estrutura e em obras de paisagismo;
 - regularização fundiária;
 - reconstrução das casas, com projeto e assistência técnica fornecidos pela Prefeitura ou assessorias técnicas.
- Buscar a regularização fundiária das áreas já ocupadas, por diferentes formas :
 - nas favelas passíveis de urbanização, transformando-as em AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social - prevendo sua urbanização e a titulação da posse da terra através da concessão do direito real de uso;
 - nas áreas particulares já ocupadas, a Prefeitura atuará como intermediadora entre ocupantes e proprietários, buscando a negociação;
 - nas áreas ocupadas passíveis de implantação de Usucapião Coletivo, garantindo a assessoria jurídica aos ocupantes, prevendo a posterior urbanização da área.
- Garantir a manutenção dos moradores nos locais, o que em alguns casos pode significar a verticalização das construções ou outras soluções.
- Priorizar a atuação em áreas que oferecem riscos, através das ações preventivas e de orientação aos moradores; da execução de obras de contenção, drenagem e da imediata remoção nos casos urgentes.

- Mapear as áreas com vocação habitacional e não produtivas, estudando sua ' transformação em AEIS.

CONTROLE URBANO

- Elaborar um novo Código de Obras e uma nova Lei de Uso e Ocupação do Solo, que superem todo o atual complexo de leis, decretos, normas, procedimentos internos que hoje determinam os processos de aprovação, fiscalização e uso do solo. Isto simplificará os procedimentos, tornando mais claro para o cidadão aquilo que hoje é complexo até mesmo para os técnicos da área.
- Facilitar o acesso à legislação e aos procedimentos para construção e uso do solo, através de debates públicos da nova legislação, publicação de cartilha sobre a legislação e consultas via Internet.
- Estabelecer uma ação conjunta com as entidades de fiscalização e de representação dos profissionais de projetos e obras (CREA, Associações, Sindicatos), combatendo o mau exercício profissional e buscando democratizar o acesso ao trabalho, melhorando a qualidade do mesmo voltando-o ao controle efetivo da legalidade e qualidade das construções.
- Desenvolver uma política rigorosa de combate à formação de loteamentos clandestinos, bem como apoiar a população na regularização dos já existentes, examinando cada caso individualmente.

Implantar o instrumento do "solo-riado", que estabelece um índice máximo de ocupação igual para todos os terrenos, garantindo à cidade o ressarcimento das construções que superem este índice.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Retomar os Fóruns de Habitação e Fóruns de Urbanização de Favelas, avançando em direção aos Encontros Municipais de Habitação e à formação do Conselho Municipal de Habitação, paritário e deliberativo.
- Quanto à Forma de Gestão, subdividiremos os programas em duas modalidades:
 - Auto-Gestão, através de Associações de Moradores, Cooperativas, etc., onde os recursos serão repassados diretamente às mesmas, que contratarão e/ou executarão diretamente os projetos e obras, e onde caberá ao Poder Público o papel de fiscalização, informatização e supervisão técnica.
 - Gestão Estatal, onde caberá ao Poder Público, dentro dos princípios da co-gestão e participação popular, o gerenciamento, a aplicação dos recursos e a execução/ contratação dos projetos e obras.

2.MEIO-AMBIENTE

O município de Santo André, assim como os demais na região, cresceu de forma desordenada e isso trouxe conseqüências danosas aos cidadãos no que diz respeito ao Meio-ambiente.

Neste cenário, se faz necessário que a administração crie políticas de âmbito regional mais sólidas, participando com os demais municípios na formulação de planos estratégicos. Dessa forma, retomaremos o crescimento de maneira sustentável, assegurando mudanças consideráveis que proporcionem uma melhor relação com o Meio-ambiente.

2.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Melhor qualidade de vida a partir de um meio-ambiente equilibrado.
- Coordenação das ações políticas e administrativas relativas ao meio-ambiente, no âmbito do governo municipal, concentrando os esforços e a aplicação de recursos dos diversos órgãos da administração direta e indireta relativas ao meio-ambiente.
- Captação de recursos voltados a programas ambientais.
- Compromisso de trabalho junto ao movimento ambientalista, respeitando sua diversidade e fortalecendo sua ação, visando o envolvimento e participação na busca de melhores condições ambientais.
- Garantia de que a Área de Proteção de Mananciais cumpra sua função social primordial de fornecimento de água em quantidade e qualidade adequadas para o abastecimento da população.

2.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Implantar o Conselho Municipal do Meio Ambiente, promovendo a participação da sociedade na identificação e na solução dos principais problemas ambientais. E o fórum privilegiado de participação nas questões de meio-ambiente.
- Buscar o aperfeiçoamento e a capacitação dos membros do conselho e de suas entidades representativas, em parceria com entidades e instituições interessadas.
- Buscar soluções que compatibilizem a preservação ambiental e o direito à moradia e aos serviços públicos dos moradores das regiões de mananciais, através de um amplo debate com suas associações, os movimentos ambientalistas, a comunidade técnica e órgãos estaduais.
- Desenvolver programas com enfoques específicos tais como Coleta Seletiva de Lixo, Arborização Urbana, etc., voltados à educação ambiental.
- Retomar a atuação conjunta e coordenada de órgãos como a Assessoria de Meio Ambiente, Grupamento Ecológico da Guarda Municipal, Fiscalização de Obras Particulares, de Limpeza Pública e de Tributos, entre outros da administração municipal, bem como o Ministério Público, SOS - Mananciais, CETESB, Departamento Estadual de Recursos Naturais e Polícia Florestal.
- Criar um programa de educação ambiental específico para a área de proteção de mananciais.
- Aplicar projetos alternativos para tratamento de esgoto, localizado em nível de microbacias, nas áreas de baixa densidade demográfica, como de loteamentos em área de proteção aos mananciais.
- Implementar uma Bolsa de Resíduos para troca de rejeitos industriais, organizando um banco de dados para materiais inservíveis evitando assim que estes se transformem em lixo.
- Introduzir o conceito de higienização de áreas, que implica na retirada de todo e qualquer lixo e entulho, implantação de vegetação de maior rusticidade e valor ornamental e fiscalização em parceria com a comunidade e a Prefeitura.
- Propor alternativas de solução para questões como poluição industrial, das águas, resíduos sólidos, mananciais, enchentes, eco-turismo, Represa Billings, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade civil, implantando-as em parceria com instâncias regionais como o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.
- Intensificar os esforços de parceria com os órgãos e empresas da esfera estadual, buscando, sobretudo, maior eficácia e transparência das intervenções em curso e das propostas para a região.
- Estruturar um sistema de informações que contenha as intervenções, atividades, programas e projetos que interfiram no meio-ambiente, priorizando, inicialmente, as de responsabilidade do poder municipal.
- Promover a identificação, a valorização paisagística e a conservação de nascentes e trechos dos cursos d'água ainda não ocupados, diagnosticando a potencialidade de recuperação ambiental, a médio e longo prazos, destas áreas.
- Incentivar o aumento das áreas não revestidas, pavimentadas ou impermeabilizadas no interior das propriedades particulares, elevando a capacidade de absorção das águas de chuva e, conseqüentemente, amenizando o impacto das enchentes.
- Buscar a institucionalização de um Jardim Botânico, aproveitando as áreas já existentes. ~ Elaborar uma legislação municipal específica para a proteção e o enriquecimento da vegetação.
- Realizar convênios com Universidades e Institutos de Pesquisa que capacitem o município para regulamentar níveis de ruído na cidade definidos a partir da lei de zoneamento.
- Capacitar funcionários, através de convênios com as Universidades Estaduais e também com a CETESB, para fiscalização de áreas que sofrem alta concentração de poluentes. ~ Regulamentar a publicidade urbana resguardando o princípio da estética da cidade, preservando a segurança das edificações e dos transeuntes.

3.SANEAMENTO

A política municipal de saneamento deve incorporar não só os aspectos relativos à distribuição de água e coleta de esgoto, mas também às questões ligadas à drenagem urbana.

É preciso adotar uma visão mais abrangente do saneamento que leve em conta as questões ligadas à higienização da cidade, interagindo com as áreas correlatas resultando em uma cidade mais agradável.

A escassez dos mananciais que abastecem a região metropolitana de São Paulo obrigam a uma abordagem que priorize ações de substituição do uso de água potável para fins menos nobres, por outras alternativas de re-uso da água servida.

3.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Redução geral de custos e administração de uma política tarifária justa e eficiente.
- Retomada do atendimento às áreas da periferia e às populações faveladas.
- Geração de alternativas para infra-estrutura sanitária nas regiões ocupadas em áreas de proteção de mananciais como o Recreio da Borda do Campo e bairros dos arredores da SP31.
- Busca de recursos externos para financiamento de obras de grande porte através da CEF, BID, BIRD E FINEP
- Realização de ações coordenadas e integradas para soluções de problemas de inundações na região, através do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.
- Garantia de participação popular na gestão dos serviços.

3.2. PROPOSTAS DE AÇÃO ABASTECIMENTO DE AGUA

- Continuar as obras previstas pelo PDAA - Plano Diretor de Abastecimento de Água necessárias para a adequação do sistema às demandas atuais e futuras, contemplando a construção de reservatórios, a implantação de estações elevatórias, a adequação da setorização, a complementação de redes primárias e a recuperação das unidades reservação comprometidas.
- Reduzir o índice de perdas totais à níveis aceitáveis. Isso implica desenvolver programa de combate às perdas de micromedição e investir no combate às perdas físicas do sistema.
- Dar continuidade ao projeto ERA (Estação de Re-uso de Água) visando uma melhor avaliação dos procedimentos e dos preços praticados sem, entretanto, inviabilizar a capacidade de investimento do SEMASA.
- Implantar um programa de micromedição em favelas, extinguindo as ligações pena.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

- Ampliar os índices de cobertura, priorizando a implantação de redes coletoras em favelas.
- Atuar junto à SABESP para conclusão das obras previstas de coletores-tronco, executando os trechos não contemplados no pacote SABESP/BIRD.
- Criar alternativas para a finalização da ETE/ABC (Estação de Tratamento de Esgoto) em conjunto com os demais municípios da região e o governo do estado.
- Criar um código sanitário municipal, que verse, notadamente, sobre os sistemas de abastecimento de água e disposição de esgotos; instalações prediais; saneamento das edificações e controle ambiental através da implantação da ISO 14.000.

ÁREA DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS

- Construir em áreas de proteção de mananciais, redes de água e esgotos integrados aos sistemas da cidade.
- Executar sistemas isolados de abastecimento, coleta e tratamento com a abertura de poços profundos e disposição de esgotos em sistemas de tratamento para pequenas comunidades.

DRENAGEM

- Transferir para o SEMASA o planejamento e a operação da rede de drenagem urbana do município.
- Desenvolver um plano municipal de drenagem que contemple soluções de curto, médio e longo prazo e mecanismos de regulação da política pública visando o seu êxito.
- Apresentar alternativas para as áreas críticas de inundação na cidade, como o Centro, o Bom Pastor, a Vila América, Santa Terezinha etc, com intervenção direta ou em conjunto com os demais municípios e o governo estadual.
- Promover a redução do escoamento superficial, abatimento dos picos de cheia e ampliação do tempo de concentração das sub-bacias que compõem o município.

MODELO DE GESTÃO

- Subdividir os sistemas de distribuição e coleta de Santo André em Distritos Operacionais, com administração própria.
- Estimular a competitividade saudável e controlada entre os distritos para a melhoria do desempenho geral dos serviços prestados.
- Instituir nova estrutura organizacional do SEMASA, adequando-a as suas novas atribuições.
- Combater a inadimplência.
- Retomar o desenvolvimento do GIS- Sistemas de Informações Geográficas.
- Implantar uma nova relação com o usuário através de sistema de informações integrado ao sistema de controle da produção dos serviços.
- Institucionalizar um mecanismo de relações comunitárias para incentivar a participação de toda comunidade, inclusive dos grandes usuários.

Rever a composição do Conselho Técnico-Administrativo do SEMASA, incluindo representantes da população.

4. TRANSPORTE PÚBLICO

O programa de governo para Santo André, deve ter como ponto de partida a administração anterior do PT (1989-1992). Este aspecto é particularmente importante na questão do transporte coletivo, pois este representou uma marca importante no governo do Partido dos Trabalhadores.

O transporte coletivo por ônibus é o principal meio de transporte público da população de Santo André e encontra-se em lamentável grau de deterioração. Resgatar a qualidade do transporte por ônibus é nossa principal meta, para tanto é fundamental precisarmos o entendimento acerca do termo qualidade quando voltado ao transporte.

4. 1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Resgate da qualidade do Transporte, que implica em:
 - ⇒ proximidade e conforto nos pontos de embarque de ônibus;
 - ⇒ tempo de espera reduzido e confiabilidade na prestação do serviço;
 - ⇒ viagem com conforto, ou seja, sem apertos, solavancos e com segurança;
 - ⇒ tempo de viagem reduzido com a realização do percurso no menor tempo possível;
 - ⇒ ampla divulgação do conjunto das informações necessárias ao consumo do serviço.
- Preço justo, ou seja, a certeza de que o valor da tarifa corresponde ao valor mínimo necessário à cobertura dos custos do sistema de transporte.
- Afirmação da Empresa Pública de Transporte - EPT, como instrumento importante do controle público do sistema de transporte.
- Implementação de parcerias com a iniciativa privada e setores da sociedade civil na busca de novas alternativas para o transporte coletivo.

4.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Participação popular na concepção e implantação da política de transporte.
- Rever a forma de remuneração restabelecendo o pagamento por serviço prestado (km rodado), garantindo o mais amplo controle público sobre a operação do sistema de transporte, permitindo a liberdade no exercício do seu planejamento e potencializando a revisão de linhas, itinerários e frequência.
- Constituir uma Câmara de Compensação Tarifária, regulada pela Prefeitura, com a participação de todas as empresas prestadoras do serviço e representação dos usuários para recolher a receita do sistema e remunerar as empresas garantindo a sua auto-sustentação.
- Introduzir novas tecnologias no controle do sistema de transporte
- Integrar o sistema municipal, buscando também sua integração ao transporte Intermunicipal. A racionalização da rede de transporte a partir de um conceito de integração total permitirá que se desmontem nódulos de deseconomias, possibilitando a redução do tempo e do custo das viagens.
- Estabelecer mecanismos de controle dos insumos que compõem os custos de operação do sistema.
- Implementar um rigoroso controle sobre as gratuidades já instituídas no sistema e atuar junto ao Legislativo (local, estadual e nacional) pela não instituição de gratuidades que não tenham indicadas expressamente suas fontes de custeio.

- Garantir o equilíbrio financeiro da Empresa Pública de Transporte através de uma gestão que reorienta a atuação pública para o seu caráter estratégico de regulação. Para tanto é básico implementarmos uma ampla auditoria que determine a profundidade da crise gerada pelo desvio de passes e má administração.
- Operacionalizar o Fundo Municipal de Transporte, necessário à captação de recursos específicos para gestão do sistema, em particular aqueles potencialmente originados do próprio sistema como taxas de gerenciamento, vistoria, multas etc. Além disto deverá estar voltado à busca de recursos não provenientes do sistema, no sentido de possibilitar uma justa discussão sobre a tarifa social.
- Construir uma Rodoviária em parceria com a iniciativa privada e se possível com as demais cidades da região, que possa trazer para o ABC um conjunto maior de opções de viagens intermunicipais e interestaduais.
- Propor parceria com a iniciativa privada no sentido de implementar no nível local novas alternativas de transporte de massa. Para tanto buscaremos recursos junto ao BNDES, FINEP e demais órgãos de fomento ao desenvolvimento.
- Desenvolver um projeto de implementação, mediante concessão, de linhas de transporte seletivo, com tarifa diferenciada e veículos de maior conforto que sirvam de opção ao veículo individual.
- Atender à pessoa portadora de deficiência adaptando tanto o espaço urbano quanto o dos equipamentos urbanos para garantir a circulação e o acesso deste segmento de usuários aos vários tipos de transporte.
- Implementar a ligação lacustre (através do braço da represa que corta o município), com a área de mananciais (arredores da SP 31).
- Rever a regulamentação dos serviços de táxi no sentido de torná-los mais competitivos. Cai Garantir a segurança no transporte escolar através da vistoria nos veículos, treinamento dos condutores e verificação de lotação.

Cidadania e Direitos Sociais

1. SAUDE

O Programa de Saúde fundamenta-se na convicção, mais até do que na obrigação constitucional, de que a Saúde é um direito. Embora o discurso do direito esteja na boca de todos, o acesso a esse direito e as formas de realizá-lo estão muito distantes daquilo que seria justo. Assim, trata-se de estabelecer as bases sobre as quais será possível tornar o direito à Saúde um elemento do dia-a-dia da grande maioria da população.

1.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Reafirmação do Sistema Único de Saúde (SUS) como modelo de gestão democrática e base para a organização de serviços de saúde eficientes e de qualidade, assumindo a gestão plena da saúde em Santo André, estabelecendo com clareza as responsabilidades dos setores público e privado e implementando parcerias.
- Reativação dos órgãos de participação popular.
- Criação de uma rede de serviços descentralizados na qual caiba às unidades a competência pela implementação de ações capazes de resolver a grande maioria dos problemas de saúde que cheguem até elas.
- Busca de soluções para viabilizar o acesso da população aos avanços da tecnologia. Tais soluções poderão se dar numa ação de compromissos articulados entre esferas de governo, entes privados e sociedade.
- Redução da mortalidade infantil.
- Redução da mortalidade por causas violentas, através de ações conjuntas com as diversas áreas envolvidas nessas questões.
- Redução da carência de leitos hospitalares.
- Intersetorialidade das ações, baseada na abordagem conjunta dos problemas de saúde por outras áreas.
- Investimento em recursos humanos através do treinamento e o aperfeiçoamento técnico dos funcionários e de uma transformação da cultura da relação entre servidores e usuários, visando elevar o sentido ético-profissional das práticas de saúde e humanizar o atendimento.
- Busca de novas alternativas de recursos.

1.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Reorganizar o Hospital Municipal visando aperfeiçoar o seu funcionamento e elevar a qualidade da atenção prestada.
- Implantar o Hospital do 2º Distrito, o que ficará condicionado à obtenção de novos recursos financeiros para investimento e manutenção.
- Reorganizar o Hospital Infantil.
- Incentivar a implantação de um Sistema Regional de Saúde que integre os serviços da região e evite a duplicidade de recursos para o mesmo fim, permitindo uma utilização mais racional.
- Reorganizar o sistema de pronto-socorro, através da articulação do PS do Hospital Municipal com os prontos-socorros da V. Luzita, do 2º Distrito e da FAISA, além dos PS dos serviços privados.
- Implantar um sistema de remoção e resgate de pacientes, com recursos humanos treinados e equipados para atendimento de emergências e demais necessidades de transporte de pacientes, articulado com os serviços de PS e Corpo de Bombeiros, e outros organismos públicos e privados.
- Concluir as obras das Unidades do Jardim Alvorada e do Jardim Cristiane, como unidades básicas de saúde.
- Criar a Central de Vagas para direcionar e agilizar o atendimento de pacientes que necessitem internação hospitalar, atendimento ambulatorial, ou recursos de apoio para diagnóstico e tratamento.
- Criar o programa do acompanhante do doente hospitalizado, com o propósito de garantir o direito de que toda pessoa internada possa ser acompanhada por um familiar.
- Retomar o caráter deliberativo da Conferência e do Conselho Municipal de Saúde e instalar Conselhos Diretores nas unidades municipais, incluindo o Hospital Municipal e o Hospital Infantil.
- Reorganizar e modernizar o sistema de apoio diagnóstico e terapêutico, utilizando tanto os instrumentos da municipalização semi-plena, quanto novos recursos para atualização tecnológica.
- Criar e implantar progressivamente o Centro de Reabilitação, destinado a recuperar e reintegrar socialmente as pessoas portadoras de deficiências físicas.
- Criar o *Programa de Assistência Domiciliar* com o objetivo de reduzir os riscos de infecção hospitalar e permitir a reintegração familiar e social mais rápidas; além de possibilitar
- a assistência aos doentes que estão impedidos de se locomover até a unidade de saúde. . Incrementar as ações de vigilância epidemiológica e sanitária para controle ambiental de vetores e roedores e das doenças infecto-contagiosas.
- Implantar práticas criativas de abordagem e atendimento (incluindo a revitalização do hospital-dia), com o objetivo de reduzir as internações hospitalares e resgatar a cidadania do portador de sofrimento psíquico.
- Revitalizar e reorganizar o atendimento aos dependentes de álcool e outras drogas.
- Reorganizar os programas específicos (saúde do trabalhador, mental, bucal, da mulher, da criança e do adolescente, do idoso etc), em bases que garantam sua integração ao conjunto de iniciativas da Secretaria da Saúde e de outros órgãos públicos ou privados.
- Implantar indicadores para medição da efetividade das ações e serviços de saúde, como forma de estimular o compromisso do servidor e viabilizar, para os usuários, a análise do funcionamento dos serviços.
- Estabelecer incentivos destinados às equipes que demonstrem maior criatividade e compromisso com a qualidade das ações desenvolvidas, buscando aumentar a solidariedade entre os trabalhadores e a noção da importância de cada um no resultado do próprio trabalho.
- Estabelecer metas de qualidade e produtividade, negociadas e decididas pelos Conselhos Diretores das unidades, segundo diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde.
- Estabelecer normas de funcionamento das unidades com base nas diretrizes do Plano Municipal de Saúde e de acordo com a realidade de cada local, discutidas e decididas pelos Conselhos Diretores das unidades.
- Estabelecer um acordo coletivo com o Sindicato dos Servidores de Saúde (SINDSAÚDE), visando normatizar as relações com os servidores estaduais administrados pelo município.
- Implantar reforma administrativa descentralizando os recursos técnicos e administrativos, incluindo a administração dos recursos financeiros, humanos e materiais, facilitando o acesso da população às informações gerenciais e o aumento da autonomia das unidades de saúde.
- Estabelecer novas relações com a FUABC, colaborando para inseri-la definitivamente no interior do Sistema Regional de Saúde, enquanto parceira dos gestores públicos na concepção e

articulação do Plano Regional de Saúde, assim como na prestação de serviços e na formação de recursos humanos para o SUS regional.

2. CRIANÇA E ADOLESCENTE

A questão da Criança e do Adolescente precisa constar da agenda do município e da região, resgatando o caráter humano da intervenção, encarando essa importante parcela da população como cidadãos. Para isto é preciso implantar os princípios básicos do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, através de ações específicas e integradas entre Prefeitura, Câmara Municipal, Poder Judiciário, movimentos populares, entidades civis, Conselhos de Direito e Tutelar.

2.1. DIRETRIZES BASICAS

- Formulação de um plano de ações conjuntas em nível regional para atendimento às Crianças e Adolescentes.
- Integração, racionalização e otimização de recursos humanos, financeiros, físicos e materiais das diversas áreas da administração pública.
- Estabelecimento de uma política clara de convênios com as entidades assistenciais que atuam na área, monitorando serviços, verbas e resultado das ações.

2.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Adequar aos princípios do ECA, os equipamentos públicos voltados ao atendimento de Crianças e Adolescentes que se encontram em situação de risco.
- Formular projeto de lei para os Conselhos Tutelares, garantindo os princípios constitucionais e aqueles preconizados pelo ECA, enviando-o para o Legislativo o mais breve possível.
- Desenvolver ampla campanha de popularização do ECA e dos demais serviços existentes no município, para atendimento à criança e ao adolescente.
- Reestruturar os Conselhos Tutelares.
- Valorizar e estruturar com recursos humanos e materiais o Conselho de Direitos da Criança e Adolescente.
- Realizar campanhas de incentivo a contribuições ao Fundo de Apoio Financeiro para Crianças e Adolescentes.
- Implantar a Casa Aberta como ponto de referencia para primeiro atendimento ao menino/ menina de rua, visando sua reintegração social e cultural e capacitação para o mundo de trabalho.
- Treinar e formar os educadores da rede municipal para reconhecer e encaminhar crianças vítimas de violência, dependências químicas e outras situações de risco.
- Garantir acompanhamento social e psicológico para as famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência e maus tratos, dependentes químicos e outros.
- Implantar serviço telefônico SOS Criança, para encaminhamento de denúncias aos Conselhos Tutelares.
- Realizar campanhas sobre violência contra crianças e adolescentes abordando temas específicos como drogas, abuso sexual, maus tratos e outros temas afins.
- Implantar a Casa de Apoio às crianças e adolescentes vítimas de violência.
- Monitorar os índices de repetência e evasão escolar de crianças e adolescentes do município, promovendo o seu retorno à escola.
- Implantar serviços de atendimento complementar à educação formal, garantindo atividades e integração social em períodos diversos da educação formal.
- Instalar nos equipamentos públicos afins, Brinquedotecas, Clube de Ciência e outras atividades para proporcionar lazer alternativo.
- Desenvolver campanha para prevenção pré-natal sobre doenças que acarretem deficiências.
- Produzir levantamento de Indicadores Sociais , monitorando a evolução dos dados.
- Incentivar a criação e participar de Cadastro Regional para:
 - crianças e adolescentes passíveis de adoção;
 - serviço de colocação em famílias substitutas: adoção, tutela ou guarda;
 - crianças e adolescentes desaparecidos.

3. GÊNERO

A maneira como a cidade é estruturada afeta, diretamente, o cotidiano das mulheres, pois, como principal administradora da família, elas se utilizam do bairro e da cidade quase como uma "extensão da sua casa". Desta forma, são as principais usuárias dos serviços e equipamentos públicos.

O papel das mulheres na reprodução da força de trabalho e na família torna-as presença marcante nas lutas sociais pela melhoria dos serviços urbanos e qualidade de vida.

3.1. DIRETRIZES GERAIS

- Ampliação dos mecanismos de combate e prevenção à violência contra a mulher.
- Incorporação da dimensão das relações de gênero ao planejamento global de governo, procurando desenvolver ações que busquem redefinir as relações existentes, principalmente as que dizem respeito ao espaço público.
- Estímulo à adoção de políticas de ação afirmativa nas empresas, tais como creches nos locais de trabalho, não discriminação no acesso a determinadas funções, cumprimento de legislação trabalhista.

2.2 - PROPOSTAS DE AÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS

- Desenvolver um trabalho educativo nos programas de geração de renda, onde mulheres possam formar-se profissionalmente, tendo como perspectiva a inserção no mercado de trabalho.
- Criar condições para a constituição de cooperativas, associações de geração de renda para as mulheres, aproveitando e valorizando a sua experiência profissional.
- Incentivar a participação das mulheres nas atividades de cultura, esporte e lazer adequando horários e espaços para permitir sua participação.
- Implantar serviços apropriados como fraldários, segurança e equipamentos adequados para crianças nos parques e nas grandes áreas de lazer da cidade.
- Criar o Espaço Criança, em parceria com a iniciativa privada, no centro da cidade: um espaço de lazer para crianças, onde as mães possam deixá-las para fazer compras, ir ao banco etc.
- Assegurar o desenvolvimento de programas de atendimento de saúde preventiva, psicológica e curativa às mulheres nas unidades de saúde.
- Criar o Conselho Municipal da Mulher, consolidando um canal institucional de participação, resguardando, sempre, a autonomia dos grupos, entidades e movimentos, incentivando e potencializando sua auto-organização.
- Promover capacitação sobre relações de gênero para o funcionalismo público.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

- Propor ações preventivas contra a violência urbana tais como:
 - instalação de postos da guarda municipal em pontos estratégicos da cidade;
 - melhoria na iluminação pública;
 - soluções para terrenos baldios, residências abandonadas e podas de árvores visando restringir os espaços que se tornam preferidos dos agressores e estupradores.
- Retomar o projeto da Casa de Apoio às Mulheres Vítimas de violência, com atendimento social, psicológico e jurídico.
- Criar o Centro de Referência da Mulher com atendimento social, jurídico e psicológico, realizando levantamento de dados para pesquisa, diagnóstico e perfil sobre a situação de violência em Santo André .
- Resgatar o convênio com a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, visando a implantação do serviço social na Delegacia de Defesa da Mulher.
- Criar um serviço telefônico voltado à população feminina para informação, orientação e denúncia em caso de violência contra a mulher.

4. IDOSOS

Dadas as características da população andreense, é necessário uma especial atenção aos idosos, buscando sua valorização e integração social.

A atuação do movimento os torna aptos à defesa de interesses mais amplos do segmento idoso como aposentadoria digna, atendimento diferenciado nos serviços públicos etc.

4.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Garantia de acesso dos idosos aos equipamentos e serviços públicos existentes.
- Criação de alternativas para o idoso no campo educacional e profissional.
- Divulgação das atividades e serviços existentes na região voltados a este segmento.

4.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Criar o Centro de Referência do Idoso enquanto equipamento catalisador e irradiador de ações, contando com uma equipe multi-profissional capacitada em gerontologia.
- Criar a Universidade Aberta da Terceira Idade permitindo às pessoas idosas a educação continuada através de atividades educativas, sócio-culturais e de ação comunitária.
- Promover um curso de pré-aposentadoria e intercâmbio com Associações e União de Aposentados e Pensionistas.
- Organizar atividades nos parques como caminhadas, Tai-Chi, Yoga. Criar cursos esportivos voltados ao público idoso.
- Realizar as Olimpíadas dos Idosos.
- Criar grupos de terceira idade nos centros culturais, com atividades de teatro, coral, música, danças e artesanato.
- Implementar um projeto de resgate de memória histórica da cidade.
- Estabelecer convênios com entidades para a criação de oficinas produtivas.
- Estruturar grupo de cuidadores de pacientes de AVC, Alzheimer, Parkinson etc.
- Fiscalizar os Asilos e Casas de Repouso.
- Debater as condições de mobilidade do idoso e o código de obras envolvendo as questões das guias rebaixadas, semáforo sonoro, corrimão nas rampas e escadas nos equipamentos públicos.
- Estimular os processos intergeracionais de respeito e convivência, fazendo com que cada segmento seja reconhecido e valorizado enquanto cidadãos.
- Capacitar os servidores públicos nas questões gerontológicas, fomentando o respeito ao idoso.
- Criar o Conselho Municipal do Idoso.

5. JUVENTUDE

O modo petista de governar vem propor a ampliação dos direitos dos jovens para que possamos construir uma moderna situação juvenil na sociedade. Uma situação que garanta o acesso à educação pública de qualidade, voltada à qualificação profissional, que amplie as oportunidades culturais, esportivas e de lazer e garanta a inserção no mercado de trabalho.

5.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Integração de ações sobre juventude entre os diversos órgãos da administração.
- Respeito às formas alternativas de participação de acordo com a pluralidade e a diversidade das manifestações e organizações da juventude como grupos religiosos, culturais, as bandas de música, a galera do skate e os grupos ecológicos.

5.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Garantir um espaço de referência para a juventude, onde se desenvolvam políticas para o setor.
- Criar o Fórum da Juventude, composto pelas diversas entidades e movimentos de jovens para formular políticas públicas para o setor.
- Incentivar a cultura em todos os seus aspectos.
- Retomar o Rock in Rua, com a abertura de espaço para as bandas da cidade.
- Ampliar o número de vagas para a prática esportiva.
- Adotar política de combate à AIDS, que passe por campanhas de prevenção e esclarecimento.

- Criar um mutirão de alfabetização de jovens e adultos e apoiar as entidades que promovem cursos, palestras, seminários ligados à educação da juventude.
- Incentivar convênios entre o comércio, as escolas técnicas e os cursos profissionalizantes para o ingresso profissional de jovens sem o comprometimento de sua vida escolar.
- Criar o Banco do Primeiro Emprego, para facilitar o acesso dos jovens ao mercado formal de trabalho.
- Lutar pela Universidade do ABC.

4. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

O poder público deve criar condições para que esse importante segmento da população possa se integrar à vida da cidade, eliminando qualquer princípio segregacionista.

4.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Apoio ao ingresso no mundo do trabalho.
- Criação de alternativas de lazer, cultura e esportes para o portador de deficiência.
- Ampla acessibilidade, facilitando sua movimentação pela cidade.
- Integração das ações nos vários setores da administração.

3.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Implantar progressivamente o Centro de Reabilitação, destinado a recuperar e reintegrar socialmente as pessoas portadoras de deficiências físicas.
- Eliminar barreiras arquitetônicas, facilitando a locomoção de pedestres e portadores de deficiência em geral.
- Construir uma alternativa de transporte coletivo, em parceria com setores organizados da cidade voltados ao atendimento da pessoa portadora de deficiência.
- Implantar equipamentos específicos de apoio e sinalização, principalmente naqueles trechos identificados como prioritários ao uso da pessoa portadora de deficiência. Resgatar a dimensão e a qualidade que o serviço de educação especial possuía na administração municipal de 1989 a 1992, através do princípio de escolas inclusivas, onde o portador de deficiência estará inseridos nos demais serviços de educação.
- Criar programas de educação física adaptada para grupos específicos.
- Incentivar e organizar a prática esportiva de grupos ligados a associações, federações e confederações de pessoas deficientes em eventos integrados ou não.
- Criar convênios com entidades de ensino profissionalizante.
- Realizar censo com finalidade de estabelecer dados estatísticos da população portadora de deficiência no município.
- Estabelecer como princípio de trabalho nos vários setores da administração, o respeito ao portador de deficiência.
- Criar o Conselho Municipal das Pessoas Portadoras de Deficiência.

5. SEGURANÇA

O Governo Municipal, devido à maior proximidade com a população, é quem recebe a maior parte das reivindicações no que se refere à Segurança Pública que, do ponto de vista legal, é atribuição do estado e da União.

Não ignorando as diretrizes constitucionais, o município não pode deixar de assumir algumas atribuições, intervindo naquilo que for possível, no sentido de oferecer mais segurança aos cidadãos andreenses.

7.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Melhor aproveitamento do atual efetivo da Guarda Municipal aproximando suas ações da comunidade nas atribuições onde sua atuação se mostrar mais eficaz.
- Aproximação e trabalho conjunto entre órgãos estaduais, Polícia Civil e Militar e Corpo de Bombeiros.

- Defesa Civil ativa e com papel de destaque no atendimento às situações de emergência.

7.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Terceirizar gradativamente a segurança patrimonial, supervisionada e fiscalizada pelo comando da Guarda Municipal, garantindo os direitos do efetivo remanescente.
- Descentralizar postos da Guarda para atendimento à população, informação, apoio, pequenos socorros etc.
- Aprimorar o grupamento ecológico, visando garantir o controle e a preservação da fauna, flora e áreas de mananciais.
- Articular ações preventivas e de socorro no caso de enchentes, deslizamentos e outras calamidades pela Guarda Municipal e Defesa Civil.
- Modernizar o sistema de radio comunicação.
- Reorganizar a Guarda investindo na modernização dos equipamentos, aperfeiçoamento profissional e assistência social do efetivo, garantindo alguns encaminhamentos:
 - assistência psicológica e social ao efetivo;
 - curso de aperfeiçoamento em leis federais, estaduais e municipais;
 - treinamento com pessoas especializadas em situações de emergência (socorro, roubo e outras necessidades apontadas pelos GMs).
- Criar o Conselho Municipal de Entorpecentes, articulando a política pública do setor e agregando esforços das diversas atividades voltadas ao atendimento e apoio aos usuários de entorpecentes.
- Propor ações preventivas contra a violência urbana como melhoria de iluminação pública e solução efetiva para terrenos baldios, casas abandonadas, podas de árvores, restringindo espaços perigosos.

6. ABASTECIMENTO

O Município de Santo André, embora não dispondo da autonomia para a reformulação das políticas e de abastecimento como um todo, propõe uma política municipal de abastecimento segurança alimentar, tratando-a como assunto de interesse público.

Isto pressupõe uma mudança na concepção do papel da política de abastecimento, cujas prioridades não podem mais ser definidas a partir, exclusivamente, de uma lógica econômica, mas devem ser orientadas por objetivos sociais e por uma visão de desenvolvimento, pautada na eficiência administrativa e econômica de prestação de serviços e, ao mesmo tempo, na ética, na geração de empregos, no desenvolvimento econômico, na participação popular, na universalização da cidadania.

6.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Construção de uma nova relação Craisa e sociedade, buscando a democratização do processo decisório e o exercício do controle sobre a ação da Companhia.
- Participação Popular através do Conselho Municipal de Abastecimento e do Conselho Administrativo.
- Incentivo à parceria entre a sociedade civil, CRAISA e demais instâncias de governo na resolução dos problemas, proporcionando alternativas de implantação dos programas previstos na política municipal de abastecimento e segurança alimentar.

Estabelecimento de uma política de segurança alimentar nos níveis emergencial e estrutural.

6.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

- Aperfeiçoar o sistema de compra de gêneros.
- Criar o projeto Pró-pomar que distribuirá mudas de pequeno e médio porte e composto orgânico com o objetivo de fomentar o auto-abastecimento, principalmente da população carente.
- Recuperar o projeto Sacolão volante com pontos móveis de venda comercializando produtos da cesta básica e hortigranjeiros de boa qualidade a baixos preços.
- Desenvolver o projeto Restaurante Popular, em parceria com entidades da sociedade civil envolvidas com a questão do abastecimento.

- Implantar hortas nas escolas municipais e outros espaços comunitários, garantindo o aproveitamento da produção para o auto-abastecimento e também como geração de renda na comercialização dos excedentes.
- Criar o Banco de Alimentos, uma rede regional de pessoas/empresas/entidades e organizações com a missão de aumentar a qualidade e a quantidade de alimentos para serem enviadas às pessoas carentes.
- Apoiar a negociação de produtos na época de colheita através da Campanha da Safra vendendo produtos direto do produtor ao consumidor, eliminando intermediações.
- Criar a Casa do Produtor que fornecerá as condições mínimas de permanência aos produtores enquanto durar o período de comercialização de sua colheita em Santo André.
- Utilizar espaços urbanos para a produção de hortigranjeiros, através de um programa de financiamento associado à assistência técnica necessária e garantia de aquisição ou de espaço para comercialização, realizando um trabalho integrado com outras secretarias.
- Estimular a agroindústria que ofereça produtos de boa qualidade e a menor preço.
- Recuperar, em parceria com a iniciativa privada, o Mercado Municipal, disponibilizando-o para ações que concorram para o desenvolvimento econômico.
- Fortalecer as ações de controle higiênico-sanitário e de composição nutricional em toda a cadeia alimentar, da produção ao consumo final, considerando também as condições de armazenamento e transporte conforme determina a legislação sanitária em vigor.